



JUS PARÁ

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARÁ

BELÉM-PARÁ, JANEIRO A MARÇO DE 2023
NÚMERO 10 / ANO VI / ISSN 2595-2358

AIRTON NASCIMENTO / TJPA

JUSTIÇA PARA TODOS

Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, presidente do TJPA, anuncia investimentos para ampliar atenção judiciária no Pará

CARREIRA

Novos magistrados tomam posse na 3ª Entrância

ANTIGUIDADE

Pleno do TJPA decide sobre critério de desempate

EXEMPLO

Juiz Altemar da Silva Paes recebe homenagem



EM XINGUARA E REGIÃO

CONTE SEMPRE COM O APOIO
DOS NOSSOS **SERVIÇOS REGISTRALIS.**



**CARTÓRIO DO ÚNICO
OFÍCIO DE XINGUARA**

Adhemar Pereira Torres
Tabelião e Comendador

APRESENTAÇÃO

Missão cumprida!

Concluo o meu mandato à frente da Diretoria da AMEPA – Associação dos Magistrados do Estado do Pará com a consciência tranquila do dever cumprido, não obstante ter exercido a Presidência em meio à imprevisível e devastadora pandemia do covid-19 que nos impediu a realização de muitos projetos programados.

O transcurso do Jubileu de Ouro da AMEPA, em 2020, era para ter sido comemorado em grande estilo. Afinal, são 50 anos de lutas na defesa da dignidade, independência e da autonomia do Poder Judiciário, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, buscando promover a justiça social e maiores avanços na política garantidora dos direitos humanos. Nos limitamos ao que foi possível desenvolver dentro de um contexto cruel de isolamento e temor, mas não deixamos a data “passar em branco”.

Apesar das limitações, buscamos a criatividade e, aproveitando que tivemos que fazer uma economia forçada em razão da não realização de despesas com os eventos que haviam sido projetados, promovemos benfeitorias nas sedes social (reforma completa e pintura) e campestre, inclusive, nesta, com renovação de todo o mobiliário do salão novo, facilitando seu uso em diversos eventos.

Outras conquistas associativas me-

recem destaque, como resultado da nossa luta pelo fortalecimento da Magistratura e defesa dos nossos direitos e prerrogativas: a concessão do auxílio saúde para ativos e aposentados no teto da resolução do CNJ; a aprovação da lei da licença prêmio, recentemente autorizada pelo CNJ; a regulamentação da gratificação por acervo; exclusão do desconto de imposto de renda incidente sobre o terço de férias indenizadas; a regulamentação dos dispositivos sobre os magistrados com necessidades especiais; o recálculo da PAE e seu respectivo pagamento integral. Finalmente, a conquista da volta do pagamento do ATS com efeito retroativo. Esses avanços não foram fruto de um trabalho individual, personalista, e, sim, resultado de uma equipe coesa com a qual divido e agradeço o bom resultado da gestão: Max Ney do Rosário Cabral, Carlos Márcio Queirós, Mônica Maciel Fonseca, Dahil Paraense, Carlos Magno e Homero Lamarão.

Ao desejar ao amigo e companheiro Juiz Líbio Moura e sua competente Diretoria pleno êxito no mandato que a Magistratura paraense lhes conferiu, reafirmo nossos compromissos com uma permanente e responsável ação solidária para que cada vez mais avancemos na conquista do respeito e reconhecimento de toda a sociedade que em nós confia.



**JUIZ
ADRIANO
SEDUVIM**

Presidente
da AMEPA,
gestão 2019-2022



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARÁ - AMEPA **DIRETORIA EXECUTIVA**

Adriano Gustavo Veiga Seduvin
Presidente

Max Ney do Rosário Cabral
Vice-Presidente Financeiro

Carlos Márcio de Melo Queiroz
Vice-Presidente de Prerrogativas

Mônica Maciel Soares Fonseca
Vice-Presidente de Relações Sociais

Dahil Paraense de Souza
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas

Carlos Magno Gomes de Oliveira
Secretário-Geral

ASSEMBLEIA GERAL

João Batista Lopes do Nascimento
Presidente

Danielle de Cássia Silveira Bührnheim
Secretária

Alimentar é construir o futuro

O PARÁ LIDERA O RANKING DA PRODUÇÃO NACIONAL



O Pará é o maior produtor de dendê, açaí, cacau, abacaxi, mandioca do Brasil.

É o segundo maior produtor de pimenta-do-reino e malva.



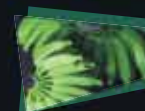
É o terceiro maior produtor de coco da baía e de limão do Brasil.

É o quarto maior produtor de urucum.



É o quinto maior produtor de guaraná do país.

É o sexto maior produtor de banana do Brasil.



É o sétimo maior produtor de melancia e castanha de caju e laranja.

É o oitavo maior produtor de sorgo, café e mamão.

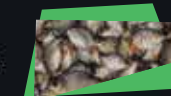


Na pecuária, é o maior rebanho bubalino do país, com 750,301 mil cabeças e segundo maior rebanho bovino do país, com 26.754.388 de cabeças. Segundo maior exportador de boi vivo do país. Certificado como Zona Livre de Aftosa com Vacinação

Na produção de soja, teve aumento de 14,94% nos anos de 2021 e 2022.



A aquicultura teve um aumento de produção de 181,4% entre os anos de 2013/2020.



FAEPA
SENA
FUNDEPEC
NÚCLEOS
SINDICATOS

@sistemafaepa

www.sistemafaepa.com.br

Nesta Edição

RICARDO LIMA / TJPA

NOVOS MAGISTRADOS TOMAM POSSE NA 3ª ENTRÂNCIA

Cerimônia realizada no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) marcou ascensão na carreira e o início de uma nova etapa profissional para juízes e juízas

8



JUSPARÁ

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO PARÁ

NÚMERO 10 ANO VI BELÉM-PARÁ
JANEIRO / MARÇO DE 2023
ISSN 2595-2358

CONSELHO EDITORIAL

1. Milton Augusto de Brito Nobre
2. Adriano Gustavo Veiga Seduvm
3. Raimundo Rodrigues Santana
4. Marcus Alan de Melo Gomes
5. Jackson José Sodré Ferraz

EDITADO POR EDITORA ESPERANÇA LTDA

CNPJ : 46.833.013/0001-42
Rua Avertano Rocha, 192,
Campina, Belém/PA.

EDITOR RESPONSÁVEL
WALBERT MONTEIRO
DRT 1095/PA

TEXTOS Lilian Leitão

FOTOS
Ricardo Lima/TJPA
Erika Nunes/TJPA
Arquivo AMEPA
Acervo TJPA



AIRTON NASCIMENTO / TJPA



16

PELO RESPEITO À TOGA

Margui Bittencourt sobe ao Desembargo no TJPA

AMEPA / DIVULGAÇÃO



36

NOVA GESTÃO

Associação dos Magistrados empossa nova diretoria para o triênio 2023-2026. Líbio Moura (à dir.) é o novo presidente.

APOIO



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS - 2º RTDPJ
VALLE CHERMONT



JUSPARÁ é órgão oficial da
**Associação dos Magistrados
do Estado do Pará - AMEPA**
Número 10 / Ano VI
Janeiro / Março de 2023
ISSN 2595-2358 / Belém-Pará

RICARDO LIMA / TJPA



32

Em Belém, Fonavid discute questões de gênero

Tema de encontro foi “Sistema de Proteção às Pessoas de Gênero Feminino: Transversalidades e Interseccionalidades”

ARTIGO



RELAXAMENTO DA PRISÃO, REVOGAÇÃO DA PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

52

Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues, Juíza Titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital / Belém-PA

ANOREG-PA



AVANÇOS DO DIREITO REGISTRAL

Cartórios ampliam a contribuição para o processo de desjudicialização no país

42



Solenidade de posse dos
novos magistrados da 3ª
Entrância, no TJPA.

ERIKA NUNES / TJPA

CARREIRA

Dez juízes e juízas ascendem à 3ª Entrância

Cerimônia marcou o ingresso dos magistrados em novo ciclo profissional

Uma manhã de muita emoção no Salão Nobre do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em 25 de outubro passado, marcou o ingresso de dez juízes e juízas na 3ª Entrância em cerimônia presidida pelo desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, decano da Corte e então presidente em exercício.

“Vocês estão preparados para o exercício da 3ª Entrância”, sentenciou Nunes. E completou: “Hoje viram uma página profissional na vida, começando um novo ciclo nesta caminhada. Vossas Excelências estão atingindo este ápice. Acreditamos no trabalho de vocês. Já nos conhecemos há algum tempo e

estamos preparados para recebê-los. Em nome da desembargadora Célia Regina, os recebo de braços abertos, damos boas-vindas e desejamos que continuem a caminhada com muito sucesso”.

A juíza Vanessa Ramos Couto falou em nome dos promovidos. “Tomamos posse na Entrância especial, última em nossa carreira no 1º grau. Sem dúvida, é um momento para celebrar. É o momento de olharmos para trás e lembrarmos as dificuldades que superamos nesses anos de carreira, em Comarcas distantes, em uma profissão que muito mais que sinônimo de brilho e poder, como se tem no imaginário popular, é sinônimo de dedicação e abnegação”, declarou.

A magistrada completou: “É o momento de olharmos para a frente, para enfrentarmos os novos e mais complexos desafios, em um mundo que muda cada vez mais rápido e em uma sociedade que anseia cada vez mais por uma justiça rápida e de qualidade”.

Ela afirmou, ainda, ter esperança que a experiência adquirida durante a carreira nas mais diversas Comarcas do Estado do Pará possa contribuir para um Judiciário eficiente e respeitado e para o cumprimento de princípios constitucionais e legais.

“Seremos juízes e juízas auxiliares e nesta condição atuaremos nas mais diversas Varas da capital. Reafirmo o juramento feito no ingresso na carreira, quando tomamos posse no cargo de juiz de direito substituto, em que juramos cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e as leis do País. E é com as forças renovadas, com o regozijo da promoção, que persistiremos na busca pela concretização da promessa constitucional de uma sociedade livre, solidária e, sobretudo, justa”, disse.

Magistrados do TJPA promovidos à 3ª Entrância

- Vanessa Ramos Couto
- Carolina Cerqueira de Miranda Maia
- Ivan Delaquis Perez
- Cinthia Walker Beltrão Gomes
- Carla Sodré da Mota Dessimoni
- Acrísio Tajra de Figueiredo
- Maria de Fátima Alves da Silva
- Celso Quim Filho
- Diana Cristina Ferreira da Cunha
- Rachel Rocha Mesquita



Desembargador Rômulo Nunes recepcionou os magistrados.

ERIKA NUNES / TJPA



Juíza Vanessa Ramos Couto destacou abnegação e dedicação na carreira. Posse marca o início de um novo ciclo na magistratura.

ERIKA NUNES/TJPA

PRESENCAS

Participaram da sessão solene a desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, vice-presidente em exercício do TJPA; a desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, presidente eleita para o biênio 2023-2025; o desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, corregedor geral de Justiça eleito para o biênio 2023-2025; a desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, coordenadora da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência; a desembargadora Margui Gaspar Bittencourt; a procuradora Ubiragilda Silva Pimentel, subprocuradora de justiça para a área técnico-administrativa, que representou o Ministério Público Estadual (MPE); o advogado Américo Heraldo de Castro Ribeiro Filho, conselheiro

da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA); e o defensor público Rodrigo Cerqueira de Miranda, que representou a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE).

Estiveram na solenidade, ainda, o juiz de direito Carlos Márcio de Melo Queiroz, representando a Associação de Magistrados do Estado do Pará (AMEPA); o major do Exército Pedro Sampaio de Souza Júnior; o secretário judiciário do TJPA Jonas Pedroso Libório Vieira, que fez a leitura dos termos de posse; e a secretária-geral da Escola Judiciária do Pará (EJPA), Cristhianne de Campos Corrêa.

Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Uninassau, que participava de visita mediada ao prédio-sede do TJPA com a equipe do Serviço de Museu e Documentação Histórica do Tribunal, puderam acompanhara cerimônia.



VIDEOCONFERÊNCIA

Magistrados são promovidos da 2ª para a 3ª Entrância em sessão do Pleno

Foi ainda aprovada minuta de resolução que atribui a juízos criminais específicos poderes para processar e julgar crimes político-partidários

Magistrados e magistradas do Judiciário paraense foram promovidos na 38ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada por videoconferência em 19 de outubro passado. Foi ainda aprovada a minuta de resolução que atribui competência a juízos criminais específicos para tratar de crimes de violência político-partidária.

Ascenderam da 2ª para a 3ª Entrância, inicialmente no cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca da Capital, os magistrados Vanessa Ramos Couto, Carolina Cerqueira de Miranda Maia, Ivan Delaquis Perez, Cíntia Walker Beltrão da Silva, Carla Sodré da Mota Dessimoni, Acrísio Tajra de Figueiredo, Maria de Fátima Alves da Silva, Celso Quim Filho, Diana Cristina Ferreira da Cunha e Rachel Rocha Mesquita da Costa.

Seguiram da 1ª para a 2ª Entrância as juízas Rafaella Moreira Lima Kurashima e Juliana Lima Souto Augusto, que passam a atuar, respectivamente, na Comarca de Soure e na 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Parauapebas.

ELEIÇÕES

Ainda durante a sessão do Tribunal Pleno, os desembargadores aprovaram a minuta de resolução que atribui competência aos juízos criminais específicos para processar e julgar os crimes de violência político-partidária definidos no Provimento 135, de 2 de setembro de 2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Provimento 135 do CNJ fixou diretrizes sobre condutas e procedimentos de magistrados e Tribunais durante e depois do período eleitoral, estipulando mecanismos de prevenção e de enfrentamento a atos de violência político-partidária que possam colocar em risco a normalidade do processo eleitoral de 2022 e a posse dos eleitos.

No artigo 9º, o Provimento determina que os Tribunais de Justiça, por atos normativos próprios, atribuam competência a juízes criminais para julgar e processar crimes por atos de violência político-partidária.

E por unanimidade, foi deferida Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade que tinha como objetivo suspender a eficácia do artigo 67, parágrafo 3º da Lei Orgânica do Município de Curralinho. Os magistrados acompanharam o voto do relator do processo, desembargador Roberto Gonçalves de Moura, que deferiu a medida com efeito *ex nunc*.





Desembargadora
Maria de Nazaré
Silva Gouveia dos
Santos com os
desembargadores
Roberto Gonçalves
e José Roberto
Pinheiro Júnior.

TJPA / ÉRIKA M. NUNES

NOVA GESTÃO

Dirigentes do TJPA tomam posse para biênio 2023-2025

Eleição da diretoria ocorreu durante sessão do Tribunal Pleno

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) elegeu em outubro de 2022 sua presidente para o biênio 2023-2025. A desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos foi aclamada para ocupar a Presidência por todos os integrantes da Corte em sessão do Tribunal Pleno. A posse ocorreu no primeiro dia útil de fevereiro de 2023.

Emocionada, a desembargadora eleita presidente agradeceu a Deus pela conquista. “Obrigada também aos meus colegas e às minhas colegas por acreditarem em mim para esta missão. Saibam que todos e todas estarão ao meu lado. Eu prometo exercer esse cargo com muita dignidade. Quero também agradecer aos meus irmãos, meus filhos, meus amigos e meus assessores que estão aqui. Prometo a to-

dos e todas, magistrados e magistradas, servidores e servidoras, que estarei sempre à disposição”, afirmou a desembargadora Maria de Nazaré.

Também por aclamação, o desembargador Roberto Gonçalves de Moura foi eleito para a Vice-Presidência e o desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior para ocupar a Corregedoria-Geral de Justiça.

Foram eleitos para compor o Conselho da Magistratura os desembargadores Ezilda Pastana Mutran, Kédima Pacífico Lyra, Amilcar Roberto Bezerra Guimarães e Margui Gaspar Bittencourt, juntamente com os membros natos - titulares da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral de Justiça.



GRATIDÃO

Os desembargadores Roberto Gonçalves e José Roberto Pinheiro Júnior agradeceram a confiança. “Recebam a melhor expressão do meu agradecimento pela honra da consagração do meu nome para exercer a Vice-Presidência do nosso Tribunal. Eu reitero o compromisso de desempenhar o mandato que acaba de me ser conferido com a mesma dedicação com que sempre me portei nas funções que tenho exercido no Poder Judiciário do nosso Estado”, destacou o novo vice-presidente eleito.

O corregedor-geral de Justiça eleito declarou: “Eu quero agradecer a confiança que me foi depositada e isso aumenta por demais a nossa responsabilidade, pois se trata de uma gestão eleita em sua integridade por aclamação, então o nosso compromisso é ainda maior”.

SESSÃO

Híbrida, a sessão do Tribunal Pleno ocorreu no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, no prédio-sede do TJPA, com participação presencial e on-line. O encontro foi presidido pela presidente do TJPA, Célia Regina de Lima Pinheiro. Os candidatos aos cargos diretivos do TJPA se apresentaram após a abertura da sessão, anunciando a disposição em concorrer às vagas.

A presidente do TJPA parabenizou os eleitos. “É um momento de conagração deste Poder Judiciário porque nós contamos hoje, nesta sessão, com a presença de todos os desembargadores deste Tribunal. É com satisfação e alegria que, na condição de presidente do Poder Judiciário do Estado do Pará, os declarei eleitos por aclamação para os cargos do corpo diretivo do próximo biênio”.

Os demais desembargadores e o representante do Ministério Público do Estado (MPE), o procurador-geral de Justiça, César Mattar Júnior, também parabenizaram os eleitos.



RICARDO LIMA/TJPA

Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

A presidente para o biênio 2023-2025 estava na coordenadoria-geral dos Juizados Especiais do TJPA, função que ocupava desde 2017.

No 2º grau de jurisdição, atuou na 3ª Turma de Direito Penal.

De 2019 a 2021 foi membro eleita do Conselho da Magistratura do TJPA.

De 2011 a 2013, foi corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará. No mesmo período, foi integrante do Conselho Magistratura do TJPA.

De 1980 a 1982, foi diretora do Fórum de Muaná.

Ao longo de mais de 44 anos de carreira no Judiciário paraense, já atuou como pretora do Termo Judiciário de Currealinho (1978 a 1979) e foi juíza nas seguintes Comarcas: Itaituba (1979 a 1980), Muaná (1980 a 1983), Abaetetuba (1983 a 1986) e Ananindeua, na 3ª Vara Penal (1986 a 1990).

Foi promovida à 3ª Entrância em 1990 e atuou na 1ª Vara Penal da Capital (1990 a 1995) e na 8ª Vara Penal (1995 a 2005). Em seguida, ascendeu ao Desembargo.

ARQUIVO / TJPA



Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

O **vice-presidente** eleito para o biênio 2023-2025 foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE-PA) de 2019 a 2021. De 2017 a 2019 foi vice-presidente e corregedor da Corte eleitoral. Foi ainda juiz titular da 77ª Zona Eleitoral e juiz eleitoral substituto dos cartórios da 1ª, da 76ª, da 95ª, da 97ª e da 98ª Zonas Eleitorais. No TJPA, integra na 1ª Turma de Direito Público. Já atuou na 3ª Vara de Fazenda, na 4ª Vara Cível, na 8ª Vara Cível, na 11ª Vara Cível e na 12ª Vara Cível da Capital. Em 2005 foi coordenador para levantamento dos dados estatísticos das atividades dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, em atendimento à Resolução 4, de 16/08/2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Exerceu a função de juiz corregedor perante a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior de 2003 a 2005. Também foi juiz corregedor junto à Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém de 2005 a 2007. E exerceu a função de juiz auxiliar da presidência do TJPA de 2007 a 2009. De 2005 a 2011 foi juiz relator a 2ª Turma Recursal. De 2001 a 2002 atuou no Juizado Especial Cível da Universidade da Amazônia (Unama). Já atuou na 4ª Vara Penal da Capital, atuando também na 1ª Vara Penal, 8ª Vara de Execução Penal e 8ª Vara de Família de Belém e nas Comarcas de Capanema, Altamira e Xinguara.



ARQUIVO / TJPA

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

O **corregedor-geral de Justiça** eleito para o biênio 2023-2025 ascendeu ao desembargo em 2018, após 27 anos de atividades no Judiciário, sempre com atuação na Justiça Militar. Atualmente preside a Seção de Direito Penal do TJPA e é membro da 3ª Turma de Direito Penal. Desde 2021 é supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), conforme Resolução 214/2015 do CNJ, no biênio 2021/2023. De 2019 a 2021 foi membro eleito do Conselho da Magistratura. De 2014 a 2018, atuou como juiz convocado junto ao 2º grau, compondo a 1ª Turma de Direito Privado e a Seção de Direito Privado. O magistrado também compôs a Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJPA e o Grupo de Trabalho Intersectorial para aperfeiçoamento da Política de Segurança Institucional do TJPA.



MERECIMENTO

TJPA / ÉRIKA M NUNES

Promovido à 3ª Entrância, juiz se destaca por dedicação

Carlos Márcio de Melo Queiroz era o titular da 1ª Vara de Família

O juiz Carlos Márcio de Melo Queiroz foi promovido à 3ª Entrância em solenidade conduzida pela então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, em outubro de 2022, no Gabinete da Presidência.

O magistrado era titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua e ascendeu por unanimidade, pelo critério de antiguidade, à 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca da Capital durante a 26ª sessão ordinária do Tribunal Pleno. O termo de posse do magistrado foi lido pelo secretário judiciário Jonas Pedroso Libório Vieira.

A desembargadora Célia Regina disse que acompanha a atuação do magistrado, sempre desempenhando seu trabalho com dedicação e afirmou que o juiz chega à 3ª Entrância para somar forças.

Carlos Márcio narrou brevemente sua carreira, iniciada na Comarca de Tailândia, até chegar à Comarca de Ananindeua, onde permaneceu por seis anos. Ele afirmou que está preparado para assumir novos desafios e metas.

A solenidade foi acompanhada pelo secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, Miguel Alves Santos.



AIRTON NASCIMENTO / TJPA

ENTREVISTA

Judiciário de portas abertas para todos

Nona mulher a presidir o TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos quer ampliar ações da Justiça



A desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos é a nona mulher a presidir o Tribunal e Justiça do Pará (TJPA), também o primeiro órgão do Judiciário brasileiro a ter a presidência feminina, com a desembargadora Lydia Dias Fernandes, no biênio 1979-1981. Eleita como candidata única, pela unanimidade dos 29 dos 30 integrantes do pleno do TJPA, a nova presidente assumiu o cargo em sessão solene realizada no dia 1º e fevereiro, trazendo para o biênio 2023-2025 o lastro da formação em Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1975, pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá- RJ e Escola Superior de Advocacia do Pará em 2000, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará em 2004, Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Del Museo Social Argentino- UMSA- AR.

No Poder Judiciário, reúne experiência acumulada desde a função de Pretora em Curalinho em 1977, atuando em seguida em várias Comarcas até chegar à terceira Entrância e ascender ao Desembargo em 2005. A longo de quase meio século de atividades no Segundo Grau de Jurisdição do TJPA, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos atuou em julgamentos de natureza penal e exerceu funções correccionais. Formulou propostas para a constante melhoria na prestação jurisdicional, entre as quais a criação da Central de Penas e Medidas Alternativas em Belém e Santarém, criação de SEFIS - Setor de Fiscalização de Benefícios e Desenvolvimento Social junto à Vara de Execuções Penais pela Resolução 096/98 TJE, criação e instalação do Conselho da Comunidade da Comarca de Belém - instalado em 20 de abril de 1998, transformação da Central de Penas e Medidas Alternativas em Vara Especializada, instalada em 18/12/2002, inclusão ao Projeto do Código Judiciário de Normas da Execução Penal do Estado do Pará e Normatização da Remição de Pena pelo Estudo e Trabalho Artesanal, aprovado por Resolução pelo Tribunal Pleno.

Nesta entrevista exclusiva à revista da AMEPA, a desembargadora fala de sua eleição e da

Muito tem sido feito para melhorar as condições de atendimento aos jurisdicionados, onde quer que estejam, mas sempre haverá muito a fazer e continuará a ser feito. (...) Eu me vejo com a responsabilidade de continuar os avanços estruturais e operacionais.

missão que tem a desempenhar, a partir do dia 1º de fevereiro de 2023, a função e presidente do TJPA, coroando essa longa carreira na magistratura paraense e relevantes serviços prestados à Justiça em nosso Estado.

Como a senhora se vê chegando à presidência do TJPA?

Eu me vejo com a grande responsabilidade que a confiança dos meus Pares me outorgou com a unanimidade em minha eleição como candidata única. Mas me vejo, também, com a responsabilidade de continuar os avanços estruturais e operacionais que têm sido promovidos por meus antecessores, em particular pelas mulheres magistradas, que têm dado mostras ao país do quanto nós somos capazes de realizar pelo bem público, na potencialização dos meios e no cumprimento dos fins na proteção de direitos e observação dos deveres que consubstanciam a cidadania em todos os níveis e abrangências.

Nosso Tribunal tem sido muito feliz nas gestões (...). Caberá à minha gestão manter o nosso Tribunal rigorosamente sintonizado com a modernidade, que avulta em todos os setores do serviço público e nas adequações físicas, humanas e operacionais necessárias.

Qual visão a senhora tem das questões e ações judiciais no Estado?

Tenho considerável parte de vida inteira dedicada ao Tribunal, desde 1977, quando iniciei na Magistratura como Pretora em Currealinho. Nestes 46 anos que estou completando, percorri e senti as condições de prestação de Justiça, principalmente no interior, em que avultam as longas distâncias, peculiaridades climáticas e as demandas resultantes das comunidades pulverizadas pelos imensos vazios das diversas localidades. Muito tem sido feito para melhorar as condições de atendimento aos jurisdicionados, onde quer que estejam, mas sempre haverá muito a fazer e continuará a ser feito.

Que prioridades a senhora está elegendo para a sua gestão?

Em regiões como a nossa Amazônia e num Estado com as características continentais do nosso Pará, praticamente tudo é prioritário, constituindo grande desafio conseguir adequar o funcionamento da Justiça aos inúmeros e diversificados tipos de procedimentos que temos a adotar. Além dos fatos cotidianos e conflitos sociais, inerentes à evolução dos costumes e relacionamentos humanos, ainda

padecemos das situações resultantes das novas fronteiras econômicas e culturais que se abrem. Implicam que o acesso à Justiça seja cada vez mais facilitado e as tramitações processuais mais aceleradas, inclusive com a maior presença dos agentes que compõem o sistema de Justiça. São necessidades que põem os órgãos responsáveis por dirimir controvérsias e efetivas as Leis, como o Judiciário, na condição análoga ao que se convencionou comparar com trocar os pneus com o carro em movimento.

Qual deverá ser o norte da sua gestão?

Nosso Tribunal tem sido muito feliz nas gestões que se têm sucedido, cada gestor fazendo tudo quanto tem sido preciso fazer, no respectivo tempo e com as condições orçamentárias e circunstanciais que se apresentam. Agora mesmo, minha ilustre antecessora, desembargadora Célia Regina Pinheiro, continuou promovendo a franca modernização operacional e tecnológica, em curso desde que a tecnologia da informação passou a ser a ferramenta indispensável ao bom funcionamento das instituições e dos serviços que lhes competem prestar. Caberá à minha gestão manter o nosso Tribunal rigorosamente sintonizado com a modernidade, que avulta em todos os setores do serviço público e nas adequações físicas, humanas e operacionais necessárias.

Quais as principais providências que a senhora irá adotar?

Após o período da pandemia, que implicou mudanças de hábitos e alterações comportamentais, os organismos, a sociedade e os instrumentos correspondentes têm que se adaptar aos novos tempos, inclusive quando funções políticas e sociais recomendam maior prudência e equilíbrio nos procedimentos e decisões. Há uma nova dinâmica em curso que exigirá mais a ser feito e estarei empenhada em fazer. Temos que olhar para a frente, olhando fixa e prospectivamente no futuro, mantendo uma sintonia fina com as conquistas sociais, suas repercussões na vida das pessoas e nas formas e situações que se refletem nas instituições. Implicam



AIRTON NASCIMENTO / TJPA

tornar cada vez mais ágeis e eficientes os serviços que nos cumprem prestar, onde quer que esses serviços sejam reclamados e necessários aos jurisdicionados, suas causas e aspirações.

Que investimentos a senhora tem planejados com esses objetivos?

O investimento principal será sempre na ampliação dos quadros jurisdicionais, com a realização dos concursos e a consequente admissão de mais juízes e servidores, bem como nas correspondentes instalações físicas e disponibilidade de equipamentos, objetivando a desejável e necessária agilização processual, já digitalizada. Significa investir em tudo quanto torne cada vez mais abertas e próximas as portas do Judiciário às camadas cada vez mais amplas dos jurisdicionados, principalmente aos mais carentes do pronto e efetivo atendimento judiciário, entre eles a infância e a adolescência em situação de risco, mulheres vitimadas pela violência doméstica e os povos originários, merecedores de um olhar especial.

Qual a mensagem que a senhora enviaria aos servidores e aos jurisdicionados?

Bem sabemos que uma andorinha só não faz verão, particularmente em uma instituição como o Poder Judiciário, em que já ultrapassam a centena os núcleos distribuídos por um Estado continental e carente das múltiplas ações que possam assegurar paz, tranquilidade e outras boas razões para viver e trabalhar. Por isso, conto e estimularei a dedicação sempre demonstrada, a partir dos meus colegas desembargadores, cujo apoio e colaboração serão fundamentais e decisivos. Com eles, nossos valorosos juízes, muitas vezes expostos às intempéries da natureza e às carências vividas em muitas das nossas Comarcas. Quanto aos jurisdicionados, reforço o compromisso que assumi e tenho cumprido desde que ingressei no Judiciário há quase 50 anos, devotando todos os meus esforços e o meu tempo pela melhoria dos serviços de justiça que merecem e é nossa obrigação prestar, consagrando a importância do TJPA que tem sido construída há um século e meio.



Desembargadoras
Magui Bittencourt
e Célia Regina de
Lima Pinheiro.

POSSE

BLUR FOTOGRAFIA

Margui Bittencourt assume o Desembargo

Magistrada falou da necessidade de lutar pelo respeito à toga

Tomou posse do cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em outubro de 2022, a magistrada Margui Gaspar Bittencourt. A sessão solene foi realizada em formato híbrido, com participações presenciais e on-line, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, no prédio-sede do TJPA. A cerimônia foi presidida pela desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

A nova desembargadora fez um discurso marcante, afirmando ser “impossível negar que, para

quem elegeu a Magistratura como carreira e opção de vida profissional, integrar este Tribunal Pleno pode significar o topo, a plenitude, cruzar a linha de chegada na maratona iniciada com a aprovação no concurso para juiz”. “Mas, evidentemente, não representa uma acomodação, muito menos achar que os limites foram alcançados”, completou.

“Tenho a clara percepção dos novos desafios, pois sou consciente de que a cada um de nós, juízes e desembargadores, impõe-se lutar pelo respeito à



toga nestes tempos nos quais os ataques ao Poder Judiciário e às instituições que são basilares à democracia assumem um caráter intimidador e de menosprezo. Creio que, em paralelo ao juramento prestado, o compromisso de ser, como sempre fui, uma guerreira em defesa dos postulados do direito e da justiça, pautados nos princípios da ética, balizará meu comportamento neste egrégio Tribunal”, continuou a nova desembargadora.

Margui Bittencourt atuava como juíza convocada no 2º grau de jurisdição, tendo concorrido à vaga pelo critério de merecimento, em lista triplíce, que também foi integrada pela juíza Luana de Nazareth Santalices, titular da 4ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, e pelo juiz José Antônio Ferreira Cavalcante, titular da 5ª Vara de Família de Belém.

JORNADA

Filha de uma professora e de um bancário, a nova desembargadora se formou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), recebendo o grau de bacharel em 1975. Advogou por oito anos, tendo sido estagiária no escritório do então advogado Milton Nobre, desembargador aposentado e presidente do TJPA no biênio 2005-2007.

Margui Bittencourt ingressou no Judiciário como servidora em 1983, ao ser aprovada em primeiro lugar no concurso para escritvã judicial criminal. Se iniciava ali o sonho de entrar para a Magistratura. Ela prestou concurso e foi aprovada na terceira tentativa, tornando-se juíza em 1988.

A nova desembargadora lembrou das passagens por Comarcas do interior do Estado. Ela atuou na Vara Única de Baião e em Mocajuba, Peixe-Boi, Santarém, Marabá, Jacundá, Rondon do Pará, Curionópolis, Parauapebas e Domingos do Araguaia.

“Sedimentaram minha vocação e me permitiram testemunhar, pela vivência, as dificuldades para a efetiva prestação jurisdicional em um Estado tão vasto territorialmente e ainda tão carente de uma logística eficaz, sobretudo em transporte e comunicação”, disse.

No discurso de posse, ela destacou que sempre defendeu o princípio de que a Justiça não deve se acovardar. “Precisamos defender o direito e a ordem constituída sempre. O saudoso jurista Heráclito

Fontoura Sobral Pinto costumava dizer, e os advogados muito repetem, que a advocacia não é profissão de covardes. Invoco esse pensamento para afirmar que, também, a Magistratura não é para os fracos, os indecisos, os vacilantes. Não é uma profissão fácil e, no seu exercício, há muitas renúncias, deveres, empenho e bravura”, disse.

E declarou seu amor pelo direito: “Sou apaixonada pelo Direito. Ele é a base de minha vida. Percorrendo os caminhos dessa ciência ímpar, a ela me dedicando com afinco e amor, dela recebi tudo o que eu tenho e a ela devo o que sou. Estribada nessa profissão de fé, prometo continuar trabalhando pela Justiça do nosso Estado, agora como desembargadora, exercendo esse mister com ética, abnegação, respeito à Constituição e às Leis, lutando pela preservação da liberdade, da paz, da concórdia, dos bons princípios, do respeito aos direitos humanos, pelo bem comum”.

SAUDAÇÃO

A desembargadora Kédima Pacífico Lyra saudou a nova integrante da Corte. “As constantes mudanças tecnológicas, sobretudo a digitalização e a virtualização total de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), em um mundo cada vez mais digital e interconectado, aliada a transformações sociais que trazem à apreciação do Judiciário questões complexas, exigem do magistrado profunda reflexão e forte senso de justiça social para a resolução de problemas contemporâneos variados”, lembrou ela.

“Esse contexto impõe ao magistrado uma mudança comportamental e desafiadora, seja no 1º ou 2º grau de jurisdição, exigindo equilíbrio, ética e compromisso no exercício da atividade compatível com as novas realidades, bem como a necessidade de reinvenção na maneira de realizar a justiça”, prosseguiu.

A mesa solene da posse foi formada pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; pelo procurador-geral do Estado, Ricardo Nasser Sefer, que no ato representou o governador do estado do Pará, Helder Barbalho; pela desembargadora Maria Valquiria Norat Coelho, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8); pelo general de Brigada Francisco Wellington Franco de Souza, chefe do Estado Maior do Centro de Coordenação de Operações do



TJPA / ARQUIVO

Comando Militar do Norte; pelo procurador-geral de Justiça, César Bechara Nader Mattar Júnior; pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB/PA), Eduardo Imbiriba; e pelo juiz Adriano Veiga Seduvim, presidente da Associação de Magistrados do Pará (AMEPA).

Nova integrante recebe a Ordem do Mérito Judiciário

Grã-Mestra da Ordem do Mérito Judiciário, a presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, outorgou na cerimônia de posse a medalha da Ordem do Mérito Judiciário à desembargadora Margui Gaspar Bittencourt, grau Grã-Cruz, instituída pela Resolução 026/2021.

Um dos momentos mais emocionantes da solenidade foi a condução da imagem de Nossa Senhora de Nazaré pelo filho de Margui Bittencourt, Rafael Bittencourt, ao plenário, ao som do hino “Vós Sois o Lírio Mimoso”. A nova desembargadora reverenciou a estatueta da padroeira dos paraenses.

A homenagem musical foi executada pelos servidores Walter Duarte e Elaine Barros, acompanhados pelo pianista Jonathan Cei e pelo baterista Cabo Farah, que interpretaram a canção “A Estrada”, do grupo Cidade Negra.

Trinta e quatro anos dedicados à Justiça

A magistrada Margui Gaspar Bittencourt foi nomeada juíza após aprovação em concurso público em 1º de novembro de 1988. Foi empossada no cargo no dia 7 de novembro daquele ano.

Já atuou na Vara Única da Comarca de Baião, na Vara Única da Comarca de Mocajuba, na Vara Única de Peixe Boi, na 5ª Vara Cível da Comarca de Santarém, na 5ª Vara Penal da Comarca de Marabá e na 6ª Vara Penal da Comarca de Ananindeua. Na 3ª Entrância, a magistrada atuou na 31ª Vara Cível de Belém, na 18ª Vara Penal de Belém e na 8ª Vara Penal de Belém.

Em 2004 se tornou juíza titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Belém, unidade em que se manteve até o dia 28 de janeiro de 2022, quando foi convocada para atuar no 2º grau de jurisdição.

A magistrada também foi diretora do Fórum Cível de Belém por cerca de cinco anos, de 2017 a 2022.

Sessão por
videoconferência
decidiu sobre
critério de
desempate.



ANTIGUIDADE

REPRODUÇÃO/TJPA

Pleno segue o CNJ e decide sobre critério de desempate

Recomendação considera a ordem de classificação em concurso

Em Sessão Ordinária do Tribunal Pleno realizada em 31 de agosto passado, os desembargadores consideraram procedente pedido feito por sete juízes e parcialmente procedente pedido de um juiz, em processo administrativo que pedia a impugnação da lista de antiguidade da magistratura paraense.

A sessão ocorreu por videoconferência e foi presidida pelo vice-presidente do TJPA, desembargador Ronaldo Marques Valle. Os desembargadoras acompanharam à unanimidade o relator do processo, desembargador Roberto Gonçalves de Moura, que justificou a decisão citando as novas diretrizes adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê que no caso de magistrados que tomaram posse no mesmo dia o primeiro critério de

desempate seja a ordem da classificação no concurso público de ingresso na carreira.

Extrapauta, na parte administrativa, foi aprovada à unanimidade pelos membros da Corte presentes pedido de afastamento do exercício das funções regulares em razão de dedicação exclusiva à Justiça Eleitoral em 2022 feito pela desembargadora Luzia Nadjá Guimarães Nascimento, atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), e pelo desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, atual vice-presidente do TRE-PA.

Durante a sessão, o desembargador Mairton Marques Carneiro foi homenageado antecipadamente pela passagem de seu aniversário no dia seguinte, 1º de setembro.



Solenidade de posse
no TJPA, em Belém.

ERIKA NUNES / TJPA

CERIMÔNIA

Judiciário paraense ganha mais 24 juízas e juízes

Novos membros da magistratura tomaram posse no TJPA

O Judiciário paraense ganhou mais 24 novos juízes. A solenidade de posse, em julho de 2022, no Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foi comandada pela então presidente da Corte, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

Os novos juízes e as novas juízas obtiveram aprovação em concurso público destinado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva no cargo, conforme Edital 1, de 6 de agosto de 2019.

Tomaram posse Samuel Farias, Marcus Fernando Camargo Cunha Lobo, Rafael Alvarenga Pantoja,

Keller Vieira Lino Junior, Guilherme Vieira de Camargo, Rodrigo Almeida Tavares, João Paulo Pereira de Araújo, Viviane Lages Pereira, Wanderson Ferreira Dias, Luiz Guilherme Carvalho Guimaraes, Victor Barreto Rampal, Leonardo Batista Pereira Cavalcante, João Vinicius da Conceição Malheiro, Rafael Henrique de Barros Lins Silva, Sergio Simão dos Santos, Adolfo do Carmo Junior, Gabriel de Freitas Martins, Matheus de Miranda Medeiros, Fabrisio Luis Radaell, Guilherme Leite Roriz, Soraya Muniz Calixto de Oliveira, Gustavo Porciuncula Damasceno de Andrade, Cláudio Sanzonowicz Júnior e Jose Augusto Pereira Ribeiro.

Os novos juízes receberam do TJPA notebooks para o trabalho nas Comarcas em que atuarão.

“O ingresso de Vossas Excelências ao Poder Judiciário do Estado do Pará significa união de esforços, no desempenho contínuo de tarefas contra litígios e desigualdades. A precisa observância à Constituição é primordial na busca por uma sociedade justa, livre e solidária. Investidos na autoridade de juízes de direito, Vossas Excelências representam a renovação da aplicação do Direito no mundo moderno, obrigatoriamente atentos às transformações que a prestação jurisdicional sofre com o passar do tempo”, destacou a desembargadora Célia Regina.

RESPONSABILIDADE

O novo magistrado Samuel Farias falou em nome dos empossados: “Esse momento não se trata de episódio de relevância meramente pessoal, mas o contrário disso. A expectativa é, portanto, das mais elevadas. Como também é a responsabilidade que passa a recair sobre nossos ombros em novas e honrosas funções. Nossa missão é de lutar para ver um Judiciário forte, unido e prestigiado a ocupar o lugar que merece no cenário social e político deste País”.

O secretário judiciário Jonas Pedroso Libório Vieira fez a leitura do termo de posse, que foi assinado pelos novos juízes e juízas. A homenagem musical foi feita pelos servidores Samarone Lacerda e Adriana Paiva, que interpretaram a música “Tocando em Frente”, de Almir Sater. Os Hinos do Brasil e do Pará foram entoados pelo servidor Antônio Wilson Eutrópio.

A posse dos 24 novos juízes se insere Plano de Gestão 2021-2023 do TJPA, nos macrodesafios “Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional” e “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”, dentro do eixo “Processos Internos”.

Participaram da cerimônia o procurador-geral do Estado do Pará, Ricardo Nasser Sefer, representando o Governo do Estado do Pará; a presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira; o procurador-geral de Justiça do Estado do Pará, César

Cerimônia empossou magistrados aprovados em concurso de 2019.

Bechara Nader Mattar Júnior; o defensor público geral do Estado do Pará, João Paulo Carneiro Gonçalves Lêdo; a secretária-geral adjunta e corregedora da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA), Claudiovani Teixeira; e o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA), Adriano Gustavo Veiga Seduvin.

O decano da Corte, desembargador Rômulo José Ferreira Nunes; o vice-presidente do TJPA, desembargador Ronaldo Marques Valle; a coordenadora-geral dos Juizados Especiais, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos; o ouvidor agrário do TJPA, Mairton Marques Carneiro; e os desembargadores Luiz Gonzaga Neto, José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Eva do Amaral Coelho e Kédima Pacífico Lyra e a juíza convocada para o 2º grau, Margui Bittencourt prestigiaram a solenidade.

CONCURSO

O certame, iniciado em 2019, teve 2.478 participantes, dos quais foram aprovados e classificados 88 candidatos. Foram registradas pela organizadora 3.374 inscrições e mais 12 por decisão liminar. A concorrência estava em 67 candidatos por vaga. A comissão do concurso público foi presidida pelo desembargador Ronaldo Valle, atual vice-presidente do TJPA.

Das 50 vagas ofertadas, 37 foram para a ampla concorrência, três para candidatos com deficiência e dez reservadas a candidatos negros.



**MEDALHA**

FOTOS: TJPA / ARQUIVO

Alta Distinção Judiciária é conferida a desembargador

Ronaldo Valle se aposentou após décadas de dedicação ao Judiciário paraense

No último dia 7 de dezembro foi outorgada a Medalha da Alta Distinção Judiciária ao então vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargador Ronaldo Marques Valle. A homenagem foi prestada no dia em que o magistrado deixou a Corte para usufruir de sua aposentadoria. Valle soma mais de 30 anos de carreira na magistratura estadual.

A honraria premia pessoas ou entidades que de maneira excepcional tenham contribuído para o maior prestígio, engrandecimento e realce do Poder Judiciário do Estado do Pará e foi conferida a Ronaldo Valle durante a 44ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno.

“Vossa Excelência, desembargador Ronaldo Valle, contagia a todos com a sensação de missão cumprida. Honra o nome grafado com letras oriundas do mais puro ouro do intelectualismo que ninguém pode lhe tirar: o conhecimento. Na cabeça vêm novos planos para a nova etapa com a mesma calma e a tranquilidade com que sempre conduziu suas decisões, mesmo em dias mais intensos, valorizando o cuidado e o zelo com as relações humanas, que sempre serão exemplos para todos nós”, discursou a presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.



Desembargador Ronaldo Valle recebe medalha e homenagens no TJPA.



QUALIDADES

A presidente da Corte disse que o desembargador coleciona qualidades. “Sempre sensível aos apelos e às necessidades humanas, mesmo rigoroso, procurou em todos os momentos observar o respeito e a imparcialidade àqueles que tenham sido objetos de atividades correcionais, de modo a primar pela melhoria da qualidade da prestação jurisdicional oferecida pelo Poder Judiciário do Pará”, afirmou.

Destacou, ainda, a presidente: “Além de prático, incansável e objetivo julgador, Vossa Excelência se mostrou igualmente dedicado, ético e competente ao conduzir a Presidência em todas as vezes em que foi chamado a ocupar o cargo, primando pela manutenção do diálogo, parcerias e boas relações interinstitucionais”.

As homenagens foram muitas na despedida do desembargador. Emocionado, Valle agradeceu. “É mais emocionante essa despedida do que o meu acesso ao desembargo. Hoje é um dia de lembranças, de agradecimentos e de viver a alegria de estar

aqui neste plenário após 34 anos de magistratura. Por Deus me permitir estar como eu estou – por inteiro, com saúde, na presença de minha família e dos amigos, sentindo e suportando as emoções da despedida de uma efetiva e afetiva convivência iniciada na manhã do dia 8 de novembro de 1988, numa cerimônia simples, no Fórum Cível”, recordou.

COMOÇÃO

A desembargadora Célia Regina de Lima Piniheiro quebrou o protocolo para permitir que o filho do desembargador homenageado, Ricardo Valle, fizesse um discurso de homenagem ao pai.

“Foi a única pessoa de quem eu me lembrei quando sofri um acidente que quase me custou a vida no dia 5 de setembro de 1985. Em coma por 18 dias, no hospital, perdi a memória e, como poucos sabem aqui, tive sequelas. A única pessoa da qual eu me lembrei na época foi do meu amigo, não do meu pai, que era como eu o chamava, quando tinha 10 anos de idade”, afirmou Ricardo Valle.



Magistrados prestigiaram a homenagem a Ronaldo Valle.

Carreira se iniciou no arquipélago do Marajó

Ronaldo Valle exerceu a advocacia por 15 anos. Em 1988 foi aprovado em concurso público para a magistratura e no ano seguinte tomou posse, tornando-se juiz da 6ª Região Judiciária, na Comarca de Ponta de Pedras, no arquipélago do Marajó, em novembro do mesmo ano.

Um ano depois, em novembro de 1989, foi promovido para juiz titular da Comarca de Portel. Em setembro de 1991 ascendeu à 2ª Entrância, passando a atuar na Comarca de Conceição do Araguaia, sendo removido em maio do ano seguinte à 2ª Vara da Comarca de Marabá.

Sete meses depois, chegou a esperada promoção para a Comarca da Capital, Belém, onde assumiu a antiga 15ª Vara Penal, de crimes dolosos contra a vida e esteve por 16 anos.

De 1999 a 2004, acumulou a função de diretor do Fórum Criminal e integrou as Câmaras Recursais dos Juizados Especiais. Atuou como juiz corregedor das Comarcas do Interior e foi juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) entre 1994 e 1997, presidindo das elei-

ções municipais em Belém em 1996. Foi juiz convocado do TJPA em 2007 e em 2009 e eleito para a Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém no biênio 2013-2015.

Valle sempre ascendeu na carreira por critério de merecimento.

DESEMBARGO

Há 13 anos, com 23 anos de carreira, foi eleito desembargador à unanimidade em sessão do Pleno, assumindo a vaga deixada por Rosa Portugal Gueiros em razão de aposentadoria.

Como desembargador, além de vice-presidente do TJPA no biênio 2021-2023, assumiu os cargos de Ouvidor Agrário em 2011 e corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém no biênio 2013-2015.

Presidiu a Comissão Permanente de Segurança do TJPA, foi gestor das Metas 3 e 4 do Planejamento Estratégico da Corte e integrou o Conselho Estadual de Segurança Pública.

Também atuou à frente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Poder Judiciário do Pará. E presidiu comissões de concursos públicos para juízes substitutos e servidores.



COJUD / DIVULGAÇÃO

Encontro do Cojud,
no TJ do Amapá.

COJUD

TJPA participa de Encontro do Colégio de Ouvidores

Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias representou o Pará

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) foi representado no 7º Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (Cojud) pela ouvidora judiciária desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias. O evento ocorreu de 23 a 23 de novembro passado no Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP).

Ouvidores do Sistema de Justiça de todo o Brasil participaram de palestras e painéis e visitaram aldeia indígena no Oiapoque. A palestra magna, ministrada pelo advogado Luiz Cláudio Allemand, abordou o tema “O Uso de Dados Pelo Poder Público”.

O evento reuniu 35 pessoas com o objetivo de

ampliar a acessibilidade ao Sistema de Justiça, trocar experiências e boas práticas na escuta ativa do jurisdicionado e na aplicação da transparência e do controle social previstos na Constituição Federal.

Foram discutidas demandas recebidas pelas ouvidorias judiciais e defendidas as prerrogativas e as funções institucionais na representação dos legítimos interesses do cidadão.

O Cojud foi criado em 2015, em Fortaleza (CE), e se constitui em uma sociedade civil, sem fins lucrativos, integrada por magistrados dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Militares no exercício da função de ouvidor.



Juiz Altemar da Silva
Paes recebeu a Ordem
do Mérito no TJPA.

EXEMPLO

RICARDO LIMA / TJPA

Judiciário homenageia o juiz Altemar da Silva Paes

Magistrado se aposenta após 34 anos de carreira e recebe a Ordem do Mérito

Com uma tocante homenagem na sessão do Tribunal Pleno de 16 de novembro passado, o juiz convocado Altemar da Silva Paes se despediu do Tribunal de Justiça do Estado do Pará após 34 anos de serviços prestados. Ele recebeu a Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grande Oficial.

A então presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, destacou: “Por mais de três décadas o magistrado dedicou-se de corpo e alma à paz social e à solução de conflitos. Aliás, integridade, coragem, honestidade e comprometimento são apenas algumas das dezenas de outras virtudes que podem espelhar a imagem cultivada durante a complexa missão da atividade jurisdicional, na qual Vossa Excelência sempre se destacou mostrando-se diligente e cumpridor de seus deveres e propósitos”.

O decano da Corte, desembargador Rômulo Ferreira Nunes, falou da pessoa centrada do juiz, agora aposentado. “O magistrado esteve em várias comarcas sempre desempenhando com muito afinco a sua profissão. Com sua inteligência, muito contribuiu para nossos julgamentos na 2ª Turma Penal. Você foi um homem ético e muito trabalhador. Que Vossa Excelência tenha uma tranquila aposentadoria.”

O procurador de Justiça Mário Falangola, representando do Ministério Público do Estado (MPE), disse que mesmo sem conhecer o magistrado pessoalmente acompanhava sua atuação: “Por muitas vezes tive a oportunidade de ver o magistrado se manifestando em determinados momentos e aprendi a admirá-lo muito. A Justiça do Pará perde em sua atividade, mas não como exemplo”.

Expressaram gratidão pelos serviços prestados e desejaram uma feliz aposentadoria ao magistrado os desembargadores Vânia Silveira, Maria de Nazaré Gouveia, Leonardo Tavares, Mairton Marques Carneiro, Maria Edwiges de Miranda Lobato, Ronaldo Valle, Roberto Moura, Luiz Neto, Ezilda Pastana, Maria Filomena de Almeida Albuquerque, José Roberto Pinheiro Maia Bezerra, Rosileide Maria da Costa Cunha, Maria de Nazaré Saavedra, Margui Bittencourt, Eva do Amaral Coelho, Rosi Maria Gomes e Amilcar Guimarães e o juiz convocado José Torquato.

NOVA FASE

Nascido em Abaetetuba, o juiz Altemar da Silva Paes disse que recebeu de Deus além do que pediu. Ele agradeceu ainda a todos os servidores que estiveram com ele ao longo dos 34 anos de magistratura, especialmente os que o auxiliaram nas atividades da 4ª Vara Penal. Também agradeceu à família e à esposa, Maria José.

Aos presentes, o homenageado afirmou: “Agradeço a acolhida e o aprendizado durante esse período de convocação. O fim de uma etapa não é o fim de tudo. Pode ser o início de outra etapa”.

O juiz também foi homenageado pela Corte com uma placa de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao TJPA.

SESSÃO

A presidente do TJPA informou, durante a sessão do Tribunal Pleno, que os projetos “Museu Criança” e “Justiça na Escola”, este executado em parceria com a Escola Judicial do Pará (EJPA), conquistaram a 3ª e a 4ª colocações no 3ª Prêmio Inova Servidor - Consolidando a Cultura da Inovação, promovido pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), na modalidade Serviço.

Os dois projetos, desenvolvidos por servidores e colaboradores do Departamento de Documentação e Informação da Secretaria de Administração do TJPA, estavam entre os dez finalistas. A premiação ocorreu no dia 9 de novembro no Teatro Estação Gasômetro.

Os desembargadores aprovaram ainda, à unanimi-

dade, a minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre a antecipação da conversão em pecúnia de férias e de licença prêmio de servidores e servidoras do Poder Judiciário. Também aprovaram a remoção de David Guilherme de Paiva Albano, da Vara Criminal da Comarca de Paragominas, para a Vara Única da Comarca de São Miguel do Guamá, pelo critério de antiguidade.

RICARDO LIMA / TJPA



Vida dedicada à magistratura e ao ensino

O juiz Altemar da Silva Paes ingressou na magistratura em 1988 mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. Foi juiz nas Comarcas de Viseu, Peixe-Boi, Conceição do Araguaia, Tucuruí, Ponta de Pedras e Marapanim, além de ter sido vice-presidente da Associação de Magistrados do Pará (AMEPA) e membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE-PA). Desde 2021, atuava como juiz convocado para fins de auxílio do Tribunal Pleno da Seção de Direito Penal e da 2ª Turma de Direito Penal. O magistrado foi professor de Direito Constitucional, Processual Penal e Internacional em instituições de ensino superior.



ENCONTRO

FOTOS: RICARDO LIMA / TJPA

Belém sedia o 14º Fonavid com debates sobre gênero

Próxima reunião do Fórum ocorrerá no Rio Grande do Sul

Realizado em Belém de 29 de novembro a 2 de dezembro do ano passado no Hotel Mercure, o 14º Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) reuniu magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Judiciário brasileiro em um espaço permanente de discussões sobre a temática. O tema de 2022 foi “Sistema de Proteção às Pessoas de Gênero Feminino: Transversalidades e Interseccionalidades”. Foi decidido que a próxima sede do Fonavid será o Rio Grande do Sul.

A diretora da Associação dos Magistrados Brasileiros Mulheres (AMB Mulheres), Domitila Manssur, falou no terceiro dia de evento sobre “AMB e as

Mulheres: Realizações e Perspectivas”.

Ela explicou que a AMB Mulheres foi criada para garantir respeito aos direitos das magistradas e das mulheres em condições de vulnerabilidade em geral. Domitila apresentou o Plano de Ações da entidade, que contempla onze ações, entre as quais o apoio às Campanhas “21 Dias de Ativismo”, “Sinal Vermelho” e “Nós Por Elas”.

Domitila Manssur disse que a AMB Mulheres também acompanha as medidas adotadas para o cumprimento da Recomendação 102/2021, de adoção do protocolo de prevenção e medidas de segurança voltada ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas de servidoras.

Acompanha, ainda, a adesão ao Protocolo de Julgamento com Perspectivas de Gênero e apoia a Resolução 154/2012 que estimula a destinação dos recursos das penas pecuniárias para ações de prevenção e combate à violência de gênero.

A magistrada destacou a importância dos estudos do Centro de Pesquisas Judiciais, dos cursos de capacitação com ênfase nos direitos humanos das mulheres e sobre o apoio técnico da Escola Nacional da Magistratura (ENM) para criação dos repositórios de mulheres em todos os Tribunais, além do apoio para a ampliação e o aparelhamento das Varas dos Juizados especializados para julgamentos de demandas de violência de gênero e acompanhamento dos projetos de lei que repercutem nos direitos das mulheres.

A importância da criação de Ouvidorias da Mulher nos tribunais brasileiros também foi tratada por Domitila.

“REALIZE”

A juíza Reijjane Oliveira, que auxilia a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do TJPA, apresentou no 14º Fonavid os produtos artesanais produzidos pela mulheres privadas de liberdade do projeto “Realize”, que em parceria com a Faculdade EstácioFAP promove cursos livres para capacitá-las ao empreendedorismo. Uma feira com os produtos foi montada no evento.

O secretário adjunto da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), coronel Arthur Moraes, e o juiz Deomar Barroso, da Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém, divulgaram o projeto no evento.

Uma das participantes do “Realize”, Kátia Cilene Ferreira, também esteve no 14º Fonavid. “Estou feliz de estar participando. É uma grande satisfação”, disse ela.



Participantes do Fonavid, em Belém, conheceram a cultura paraense.



FOTOS: RICARDO LIMA / TJPA



NOVAS VARAS

Coordenadora do Cevid, a desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias organizou o 14º Fonavid em parceria com a Escola Judicial do Pará (EJPA). “Eu quero demonstrar minha alegria, honra, contentamento e agradecimento à vinda das senhoras e dos senhores para o Fonavid sediado em Belém. Esperamos tenham tido uma boa estada e desejamos um ótimo retorno para suas cidades. Só gratidão por esse período que convivemos”, afirmou.

Rosi Farias anunciou que o Pará vai ganhar mais duas Varas Especializadas em Violência Doméstica, uma em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (RMB), e a outra em Marabá, no Sudeste do Pará. O Estado passará a contar, então, com cinco Varas Especializadas, quatro delas localizadas na RMB.

BASTÃO

Ainda no 14º Fonavid, foi anunciada a próxima coordenadora do Cevid no Pará para o biênio 2023-2025. A desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias passará o bastão para a desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, que assumirá mais uma vez a Coordenação. “É um desafio. Espero contar com a colaboração de todos os colegas de todos os Estados. Obrigada por essa oportunidade”, disse Maria de Nazaré.

Integrarão a nova diretoria do Fonavid a magistrada Katerine Kitsos, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), na presidência; o juiz Elson Stevem Barbosa dos Santos, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), como vice; e a juíza Solange Reimberg, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), como suplente. O juiz paraense Otávio Albuquerque será o representante da Região Norte.



MEDIAÇÃO

ARQUIVO / TJPA

Fonaje e Fonamec debatem ações para aprimoramento

Judiciário do Pará esteve presente em evento que ocorreu no PR

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará participou do 50º Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) e do 12º Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), realizado de 30 de novembro a 2 de dezembro do ano passado no Hotel Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, em Foz do Iguaçu (PR).

Os eventos tiveram como temas “Os desafios da Justiça 4.0 e as demandas predatórias diante do acesso à Justiça” e “A importância dos métodos adequados de solução de conflitos para a valorização emancipadora do ser humano”. Representaram Judiciário paraense o desembargador Leo-

nardo Tavares e a desembargadora Dahil Paraense.

A programação foi organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), em parceria com Fonaje e do Fonamec.

O objetivo foi discutir as políticas judiciárias necessárias ao aprimoramento do sistema dos Juizados Especiais e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania em todo o país (Cejuscs).

Foram debatidos ainda elementos, sistemas e técnicas virtuais que podem contribuir para garantir o acesso à justiça ao cidadão, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública e Cejuscs.



Novo presidente da AMEPA, o juiz Líbio Moura (à dir.), e os ex-presidentes Adriano Seduvin e Heyder Tavares (centro).

TRIÊNIO

FOTOS: ACERVO AMEPA

Nova diretoria comanda a AMEPA em 2023-2026

Sob o comando do juiz Líbio Moura, entidade ganha duas diretorias: a de Equidade de Gênero e Diversidade e a de Segurança

O último dia 2 de fevereiro marcou o início da nova gestão da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA), que cuidará da categoria de 2023 a 2026. O juiz Líbio Araújo Moura recebeu o comando da Diretoria Executiva do atual triênio do juiz Adriano Seduvin na sede social da entidade. Os novos membros da Diretoria Executiva, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal assinaram os termos de posse e passaram a exercer seus cargos oficialmente.

“Na associação, é normal existirem lados distintos, mas acredito que mesmo divergindo em ideias, podemos nos unir nos nossos objetivos, que são melhor qualidade de vida e de

carreira. Onde nós pudermos melhorar, vamos melhorar. O que posso apresentar é trabalho. Posso não acertar sempre, mas vou trabalhar pela AMEPA”, afirmou o novo presidente. Líbio Moura destacou ainda a pluralidade e a competência dos magistrados que o acompanharão ao longo do atual triênio.

Líbio Moura anunciou a criação de duas novas diretorias, no formato de Comissão Especial: a Diretoria de Equidade de Gênero e Diversidade, tendo à frente a juíza Reijjane Ferreira de Oliveira; e a Diretoria de Segurança, comandada pelo juiz Cristiano Magalhães Gomes.

O presidente também assinou a portaria de



nomeação dos cargos previstos no estatuto da associação e anunciou a meta de percorrer todas as 117 Comarcas do Pará, iniciando por Marabá no dia 6.

UNIÃO

Seduvim, presidente da entidade no triênio 2020-2023, fez um breve discurso de agradecimento aos parceiros de Diretoria, Conselho Fiscal e colaboradores da AMEPA e parabenizou os novos gestores. “A gestão que assume hoje é resultado de uma construção que vínhamos tentando fazer no Pará, que era uma chapa única que representasse a união da magistratura. E isso só tem a beneficiar a nossa categoria. Vivemos um momento de ataques ao Judiciário e a magistratura paraense deu a prova de que poderia se unir para enfrentar os desafios desses próximos três anos”, destacou o juiz.

SOLENIIDADE

A solenidade oficial de posse da nova diretoria da AMEPA foi realizada no último dia 9 de fevereiro, na sede social em Belém, reunindo integrantes da magistratura, autoridades do Poder Executivo, deputados estaduais, ex-presidentes do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), líderes de associações de classe, funcionários da AMEPA, amigos e familiares dos magistrados empossados.

Na mesa oficial do evento, além do novo presidente, Líbio Moura, estiveram o juiz Adriano Seduvim, que presidiu a AMEPA de 2020 a 2023; Ricardo Sefer, procurador-geral do Estado; o desembargador Roberto Gonçalves de Moura, vice-presidente do TJPA; o juiz Marcus Alan de Melo Gomes, representando o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA); Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém; Frederico Mendes Junior, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); e o promotor Alexandre Tourinho, representando o Ministério Público do Pará (MPPA).



Solenidade de posse reuniu integrantes da magistratura e autoridades na sede social da AMEPA.



O novo presidente da AMEPA falou da importância de renovar a união e a motivação da classe para enfrentar os desafios dos próximos anos e lutar pela valorização da carreira dos magistrados: “Não podemos ser vulneráveis sob qualquer prisma. Não nos cabe viver de pires nas mãos bolando meras reposições inflacionárias aos nossos subsídios ou aguardando condições ideais de segurança física nas comarcas espalhadas por nosso estado continental, ou sermos relegados a terceiro plano nas conquistas funcionais dentro e fora da nossa instituição. Somos os guardiões de todos os interesses da sociedade, desde as demandas mais simples em juizados especiais ou nos centros de conciliação às causas mais intrincadas nas esferas cível ou criminal. Juízes estaduais são a porta de entrada do serviço público da população mais carente, dada a nossa competência residual e nossa capilaridade física em quase todos os municípios do Pará”.

DESPEDIDA

No discurso de despedida da presidência da AMEPA, Adriano Seduvim lembrou de sua trajetória na associação, como membro e como representante da classe. O ex-presidente da AMEPA agradeceu especialmente aos membros da Diretoria Executiva que o acompanharam e aos ex-presidentes do TJPA, desembargadores Leonardo Noronha e Célia Pinheiro.

“Quanto à nova gestão que assume hoje, a meu ver é fruto do atual momento de união e necessário fortalecimento por que passa a magistratura, devendo ser registrado que há mais de 20 anos a nossa associação não tinha uma chapa única para concorrer às eleições. Para essa diretoria que assume hoje, ficam os votos de sucesso, assim como o compromisso de estar sempre à disposição para ajudar nessa luta que é árdua, mas é sempre gratificante”, afirmou Seduvim.

DIGNIDADE

O presidente da AMB, Frederico Mendes Junior, destacou a força e a qualidade da magistratura paraense. “A maior das incumbências da Associação é defender a magistratura e não permitir que nenhum juiz tenha a sua independência comprometida. Buscamos condições de trabalho dignas. Não somos apenas guardiões do Estado democrático de direito, somos responsáveis por garantir a milhões de cidadãos e cidadãs os seus direitos, que não raro são negados. Precisamos defender com firmeza as nossas prerrogativas, olhar para nossos aposentados e pensionistas, que enfrentam duras dificuldades no dia a dia. Precisamos de democracia interna da magistratura, compartilhando tomada de decisão. Precisamos de estímulo à permanência e progressão da carreira da magistratura”, afirmou o juiz que preside a AMB.



Dr. Sérgio Ricardo
Lima da Costa (à dir.),
juiz de Icoaraci, e o
presidente Líbio Moura.

Confira a composição da AMEPA para o triênio 2023-2026

Diretoria Executiva

Líbio Araújo Moura
Presidente

Cristiano Magalhães Gomes
Vice-presidente financeiro

Cláudio Hernandes Silva Lima
Vice-presidente de prerrogativas

Carlos Márcio de Melo Queiroz
Vice-presidente de cultura e publicações

Viviane Monteiro Fernandes Augusto Da Luz
Vice-presidente de relações sociais

Maria Laudelina da Rocha Barata Oliveira
Vice-presidente de aposentados e pensionistas

Max Ney do Rosário Cabral
Secretário-Geral

Assembleia Geral

Lauro Fontes Junior
Presidente

Leonardo Ribeiro Da Silva
Secretário

Conselho Fiscal

Betânia de Figueiredo Pessoa
Presidente

Geraldo Neves Leite
Conselheiro

Jackson José Sodrê Ferraz
Conselheiro

Diretorias

Miguel Lima Reis Junior
Diretor de patrimônio

João Paulo Santana da Costa
Diretor de esporte

Priscila Mamede Mousinho
Diretoria Regional Sudeste

José Augusto Pereira Ribeiro
Diretoria Regional Sul

Antônio Fernando de Carvalho Vilar
Diretoria Regional Altamira

Daniel Bezerra Montenegro Girão
Diretoria Regional Nordeste

Gabriel Veloso de Araújo
Diretoria Regional Oeste

Jacob Arnaldo Campos Farah
Diretoria Regional Sudoeste



Primeiro mês é de muito trabalho

Em fevereiro, logo após a posse da nova diretoria, a nova gestão da AMEPA entrou em ação, participando de reuniões de interesse da magistratura com autoridades e iniciando o diagnóstico das comarcas do Pará.

O juiz Líbio Moura se encontrou com autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para articular pautas de interesse da magistratura paraense. A AMEPA acompanhou de perto a votação e a aprovação do Projeto 004/2023, que dispõe sobre o subsídio da magistratura, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), e se reuniu com o deputado Chicão, que preside o parlamento estadual.

O presidente da AMEPA se reuniu também com associados na sede social em Belém para tratar do adicional por tempo de serviço e outros interesses da magistratura.

E foi iniciado o projeto de visitar todas as 117 comarcas do Pará. A primeira reunião foi realizada em 6 de fevereiro, no Fórum de Marabá, com a presença de juizes das comarcas de Marabá, Parauapebas, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Tucuruí e Itupiranga. Nas semanas seguintes, o presidente esteve na Comarca de Castanhal, conversando com juizes de Castanhal, Santa Izabel do Pará, São Miguel do Guamá, Garrafão do Norte e Igarapé-Açu.

Na sede campestre, o presidente da AMEPA e

o diretor de Esportes, João Paulo Nova da Costa, conversaram com a equipe de associadas que praticam beach tennis e ouviram demandas de melhoria para a infraestrutura.

Na sede social da AMEPA, ao longo do mês Líbio recebeu o presidente da Câmara Municipal de Parauapebas, vereador Rafael Ribeiro; o deputado estadual Erick Monteiro; o assessor jurídico do Sindicato dos Funcionários do TJPA (Sindju-PA), Bernardo Araujo da Luz; o corregedor da Defensoria Pública do Estado do Pará, Edgar Alamar; além de representantes do banco Sicoob Coimppa. As reuniões trataram de possíveis parcerias que beneficiem a magistratura.

Ainda em fevereiro, o juiz Líbio Moura visitou o gabinete da presidente do TJPA, Nazaré Gouveia, e do coordenador militar do TJPA, tenente coronel Rodrigo Aleixo.

A AMEPA também se reuniu com o titular da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), coronel Marco Antônio Sirotheau, para tratar de temas criminais sensíveis à magistratura. Ainda na pauta da segurança, o vice-presidente financeiro e diretor de Segurança da AMEPA, Cristiano Magalhães, visitou o delegado-geral de Polícia Civil do Estado do Pará, Walter Rezende.

O presidente da AMEPA visitou veículos de comunicação da capital e do interior, como TV Liberal, Rádio CBN Amazônia Belém e Correio de Carajás, apresentando as pautas da categoria.



MOMENTOS DA AMEPA / CERIMÔNIA DE POSSE



“Por meio da ata notarial, o tabelião de notas apresenta, ao registrador de imóveis, um dos documentos mais robustos para instruir a adjudicação compulsória via Cartório”,

Moema Locatelli Belluzzo, presidente da ANOREG/PA



CELERIDADE

ANOREG PARÁ / ARQUIVO

Novo regime jurídico do nome civil e avanços do direito registral

Com mudanças na Lei de Registros Públicos, Cartórios ampliam a contribuição para o processo de desjudicialização no país

A Lei Federal 14.382, publicada em 27 de junho de 2022, trouxe grandes avanços no que tange o sistema registral realizado pelos Cartórios do País. A nova legislação gerou mudanças diretas na Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6015/1973) com impactos positivos trazidos principalmente ao Registro de Imóveis e ao Registro Civil de Pessoas Naturais, contribuindo ainda mais para a efetivação do processo de desjudicialização, trazendo

maior celeridade a diversos procedimentos.

No aspecto imobiliário, a 14.382 possibilitou o procedimento de Adjudicação Compulsória de imóvel diretamente em Cartório de Registro de Imóveis. O processo viabiliza o reconhecimento do direito real de propriedade, independente de processo judicial, iniciando com o protocolo e autuação do requerimento, firmado por advogado, perante o Registrador de Imóveis da situação do bem.



Antes exclusivo pela via judicial, o processo que demorava até 5 anos no Judiciário passou a ser feito de forma bem mais célere nas serventias extrajudiciais, podendo ser solucionado em 3 meses, aproximadamente.

“É um grande avanço. O procedimento conta com as participações fundamentais do advogado e do tabelião de Notas que, por meio da ata notarial, apresenta ao registrador de imóveis um dos documentos, eu diria, mais robustos para instruir esse processo”, disse a presidente da Associação dos Notários e Registradores do Pará (ANOREG/PA), a tabeliã e registradora Moema Locatelli Belluzzo.

Já no que se refere à identidade das pessoas, alterar o nome (prenome) e sobrenome diretamente em Cartórios de Registro Civil, independentemente de prazo, motivação, gênero, de decisão judicial e de juízo de valor ou de conveniência (salvo suspeita de vício de vontade, fraude, falsidade, má-fé ou simulação), passou a ser permitido a qualquer pessoa maior de 18 anos.

O diretor da ANOREG/PA e registrador civil, Conrado Rezende, destaca que “É importante esclarecer que a alteração do prenome, diretamente perante o registrador civil, só poderá ocorrer uma vez. Assim, a mudança do nome deve ser uma decisão muito bem pensada, pois, não será permitido desistir ou querer mudar para um terceiro nome. Nesses casos, a parte precisará recorrer ao Judiciário”, explica o oficial.

A lei também inovou ao permitir a mudança de nome de recém-nascido em até 15 dias após o registro, no caso de não ter havido consenso entre os pais sobre como a criança vai chamar. Esta mudança possibilita a correção



ANOREG/PA / ARQUIVO

em muitos casos onde a mãe está impossibilitada de comparecer ao Cartório e o pai ou declarante registra a criança com um nome diferente do acordado.

Também foi permitida, após a Lei 14.382, a inclusão de sobrenomes familiares, inclusão ou exclusão do nome do cônjuge, seja na constância do casamento ou não ou, ainda, a inclusão e exclusão de sobrenome em razão de alteração das relações de filiação como, por exemplo, um reconhecimento de paternidade.

“Essas alterações legislativas demonstram que o Estado brasileiro confia muito nos Cartórios, possibilitando que as serventias extrajudiciais possam contribuir ainda mais no processo de desjudicialização”.

Conrado Rezende,
diretor da ANOREG/PA



Juiz Deomar Alexandre Barroso, da Vara de Execuções Penais.



TJPA / ARQUIVO

PROJETOS SOCIAIS

Crime se combate com educação, diz magistrado

Juiz Deomar Barroso defende iniciativas voltadas à ressocialização

Há 20 anos o juiz Deomar Alexandre Barroso se estabeleceu no Estado do Pará, saindo de Minas Gerais. Deixou o emprego no Banco do Brasil para acolher a magistratura. Na posse, a desembargadora Climene Pontes, então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), lhe deu as boas-vindas com um discurso que definiu, desde então, a trajetória dele na Corte. Ela citou os projetos do falecido juiz Cláudio Rendeiro, como o “Espia, mana, minha causa”, que chegava aos interiores. Deomar se encantou e enxergou no relato a possibilidade de ir além do trabalho de gabinete. Hoje, ele tem uma certeza: a transformação

da sociedade só será possível pela educação.

Sempre atuando na Vara de Execuções Penais, imediatamente ele criou o projeto “Conquistando a Liberdade”, hoje orientado para a prevenção à criminalidade. “Nunca tinha imaginado que um juiz fazia projetos sociais. Lá em Minas o juiz fica mais dentro do gabinete mesmo”, conta o magistrado. Deomar recorda que trabalhava à época com a desembargadora Nazaré Gouveia. “Eu a substituí nas férias dela, e nós criamos o ‘Conquistando a Liberdade’. E fomos para as praças públicas, limpamos as praças. A primeira foi a praça Amazonas”.

O “Conquistando a Liberdade” é um projeto de ressocialização de presos pelo trabalho. Os detentos fazem trabalhos de revitalização e recuperação de escolas públicas, atuando também em outros espaços, como hospitais, igrejas e praças. Eles trabalham com capinação, poda, pintura, reforma de alvenaria, consertos de cadeiras e mesas, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, dentre outras benfeitorias.

O que começou com limpeza de praças terminou por entrar nas escolas. “A gente pensou: se a gente quer educar o pessoal a não jogar o lixo no chão, pois o mote era este, nós vamos para a escola. E aí a gente começou a limpar a escola, a cuidar da escola. E a gente teve a sacada: se a gente quer realmente mudar, vamos botar o preso para falar com os alunos. Aí mudou. Ao invés de vir à tona meio ambiente, veio o ‘não faça o que eu fiz’. Os presos dão testemunho, hoje, de ‘não faça o que eu fiz, não siga esse caminho”.

Os testemunhos viraram o “Papo di Rocha”, um diálogo conduzido por profissionais do sistema penitenciário entre presos e estudantes, em que os internos contam suas histórias de vida e proporcionam uma reflexão sobre a criminalidade. A participação dos presos no projeto é voluntária e a adesão é significativa.

O que move o juiz é “acreditar na pessoa, que o ser humano é capaz de mudar”. “O preso conta a experiência dele, do que levou ele ao cárcere. Geralmente é droga, má companhia, amigos que chamam para fazer besteira e evasão escolar, isso leva a praticar delitos”, diz o juiz, para quem “tudo nesta vida tem jeito”.

“O ‘Conquistando’ faz isso: resgata dele a dignidade. Como ele está lá agora dando testemunho, cuidando do patrimônio público, ele é gente. Tendo contato com os alunos, ensinando aos alunos o que não se deve fazer. Do limão você está fazendo uma limonada”, acrescenta Deomar.

“Conquistando a Liberdade” promove a ressocialização de presos.

Nas escolas, explica Deomar, o detento conta toda a história que o levou ao crime e as perdas que acumula. “Ele perde o contato com a família, a mãe, perde natal, ano-novo, não tem aniversário, não tem nada, só perda. E aí vem o sofrimento, vêm as violações, pois eles sofrem violações de direitos humanos lá no cárcere. Tem todo um rigor e tem que ter rigor mesmo, está certo, é uma casa penal, tem que ter rigor, tem que ter procedimento, disciplina, mas não pode ter violação de direitos humanos”.

Em duas décadas de trabalho, o juiz viu vários detentos mudarem de vida. Um ex-integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC), que cumpriu 16 anos no regime fechado por assalto de banco, por exemplo, quis ir com Deomar para Capanema, dar o depoimento dele. O homem reconstruiu a vida.

O “Conquistando”, hoje, “é o preso combatendo a criminalidade”, diz Deomar.

Pedofilia

O “Inocência Roubada” é outro projeto da Vara de Execuções Penais no campo da prevenção de crimes. A ideia é capacitar professores e torná-los parte de uma rede de proteção contra o abuso sexual de crianças e adolescentes.

“Eu estava em Conceição do Araguaia ouvindo duas meninas abusadas sexualmente por um parente e o parente falando que era mentira das meninas.

TJPA / ARQUIVO



Aquilo te causa uma dúvida gigantesca se as meninas estão falando a verdade ou não. Comecei a pesquisar mais sobre este tema. Fui para Abaetetuba e as dúvidas permaneceram. Continuei no Criminal e continuaram crianças chegando abusadas em Abaeté e aí me falaram que existia o projeto 'Depoimento sem dano' naquela época, que foi introduzido pela rainha Sílvia, da WCS (World Childhood Foundation, instituição que busca a proteção à criança e ao adolescente do abuso, da violência e da exploração sexual). A rainha Sílvia, da Suécia, brasileira, fomenta isso no mundo. E o (então juiz) Daltoé (José Antônio Daltoé Cezar) começou este projeto lá no Rio Grande do Sul. Era um juiz, hoje é desembargador", conta Deomar.

O magistrado fez contato com o então juiz gaúcho e começou a estudar o depoimento sem dano. "O depoimento sem dano virou lei e fui o primeiro juiz do Norte do Brasil a fazer o depoimento sem dano", recorda.

No depoimento sem dano quem conduz a audiência não é o juiz, mas uma pedagoga, uma assistente ou uma psicóloga, profissionais que passam por um curso de qualificação para a tarefa. "A criança não tem contato com o abusador, nem com o juiz, nem com o defensor. Sabe que eles estão escutando, mas não tem contato. A criança fica com a técnica. Aí fica tranquila, se ambienta", explica o juiz.

O depoimento sem dano evoluiu para depoimento especial, considerando o fato de que inexistia depoimento que não cause algum dano. Hoje, é lei.

"Daí eu pensei o seguinte: eu estou fazendo o depoimento especial, estou protegendo as crianças, a gente fez um termo lá em Abaetetuba em que a criança só podia depor uma única vez em juízo, a gente passava a criança na frente da fila, a criança é prioridade, não era ouvida na delegacia, nem pelo Conselho Tutelar, nem pelo Ministério Público. Fizemos um termo que ninguém podia ouvir a criança, só em juízo, prova antecipada - hoje na lei é prova antecipada... Estou fazendo tudo isso, mas ela continua sendo abusada. Então eu só estou no refratário. Eu pego a criança abusada e cuido dela depois que ela foi abusada. Eu quero cuidar é antes. Não quero é deixar ela ser abusada!", afirma Deomar.

Em 2011, em Abaetetuba, nasceu o projeto "Inocência Roubada". Deomar se reuniu com o secretário de educação do município, propôs o projeto e a confecção de uma revista e começou o trabalho nas escolas.

"Fomos para as ilhas, fomos para a cidade, rodamos Abaeté. Fizemos um vídeo de 5 minutos da revista e em 2013 eu fui para a Suécia a convite da rainha Sílvia para dar uma palestra sobre o 'Inocência Roubada', junto com pessoas do mundo todo. A gente foi mostrar a nossa experiência. Foi o mesmo ano que ganhei Inovare, em 2013", conta. O prêmio Inovare tem como objetivo o reconhecimento e a disseminação de práticas transformadoras que se desenvolvem no sistema de Justiça do Brasil, independentemente de alterações legislativas.

O "Inocência Roubada" cresceu, alcançou a capital paraense. Está nas redes sociais. No Instagram @inocencia.roubada é possível baixar a revista do projeto, feita em português e em inglês. O juiz Deomar espera que cresça ainda mais. "O Disque 100 é refratário. Falta ir para a escola, todas as escolas do Brasil. Não tem outra saída", afirma.

O combate à pedofilia exige intervenções urgentes, dada a frequência do crime. Está, alerta o magistrado, em "qualquer classe social, de A a Z": "O riquíssimo, o milionário e o paupérrimo. Eu acho que você, como é minha filha, ou meu filho, você é meu objeto de desejo. Você não é gente".

O entendimento de que a pedofilia pode ser uma doença incomoda Deomar. "Não sei se é doença. Porque se for doença você vai caminhar para a inimizabilidade. E eu acho que o pedófilo não é, nem um pouquinho, inimizável. Ele é imputável, sim, e ele faz porque quer fazer. Tem consciência que está fazendo, não tem doença. Você pode falar: 'é uma monstruosidade'. Ok. Monstruosidade eu concordo. Mas inimizabilidade, não".

O trabalho nas escolas é compensador. "Eu faço porque vejo esperança quando eu estou falando com as crianças". A intervenção, ressalta, é feita pelos professores. "A gente já combinou como vai fazer. Quando é criança bebezinha é o (trabalho) lúdico: onde não pode tocar, a gente usa maiô, a gente vai à praia, a gente põe o calção



Segundo o juiz Deomar, a criança encara sem problema o diálogo educativo.

TJPA / ARQUIVO

para proteger as partes íntimas, criança não namora, não tem beijo na boca, não tem segredo. Se alguém te pedir para guardar um segredo, está errado. Tem coisas que a gente acha boas e coisas que a gente acha estranha, então a gente não deve deixar acontecer. E a gente ensina”.

Segundo Deomar, a criança encara tranquilamente o diálogo educativo. “A gente não fala de pedofilia, a gente fala onde não pode ser tocada”, diz. “Aparecendo casos, levamos para frente. A gente está fomentando na criança para contar para o professor, que tem que perceber se a criança é abusada. Já apareceu numa escola uma criança que veio falar comigo que foi abusada pelo pai. Chamei a professora e disse: encaminha. Tinha 8, 10 anos”.

“Ao invés de ficar no refratário, vamos agir”, afirma o juiz, que defende o fomento à inteligência emocional das pessoas para prevenir crimes do tipo. “Eu vou fortalecer a mulher para não se casar com homem violento, para não se relacionar com

homem violento, para ter inteligência emocional de não se relacionar com homem violento. Porque o homem violento vai ter. E como é que eu cuido do homem violento? Na infância, ensinando o filho a não bater na mulher”.

SONHO

O titular da Vara de Execuções Penais de Belém tem vários sonhos e um deles é revolucionário: fechar o hospital penitenciário. “Fechar o manicômio judiciário porque lugar de preso que tem problema mental não é lá. Lugar de gente que praticou delito porque tem problema mental é em casa, em tratamento médico”. O sonho já virou plano e está em plena execução. “Tinha 363 presos. São os esquecidos. E depois do nosso trabalho de três anos, junto com a minha equipe maravilhosa, fantástica, hoje eu tenho 55”. A equipe do magistrado é formada por três pessoas dedicadas. “Quem não vive para servir não serve para viver”, diz ele.

ENTREVISTA

Crise pandêmica impulsionou conquistas

Diretoria que se despede da AMEPA não parou diante das limitações enfrentadas na fase crítica da pandemia de covid-19



ACERVO / AMEPA



O juiz Adriano Gustavo Veiga Seduvim, que comandou a Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA) no período mais crítico da pandemia de covid-19, deixa este ano a direção da entidade com um saldo de conquistas patrimoniais e associativas e parcerias institucionais. Os avanços, faz questão de assinalar o magistrado, são resultado do esforço de toda a diretoria da entidade.

Nesta entrevista concedida à revista **JUSPARÁ**, Seduvim faz um resumo dos avanços do último triênio e, antes de tudo, põe a magistratura paraense no seu devido lugar: de defesa do Estado Democrático de Direito. Confira.

Qual a importância de organizações de classe, como a AMEPA, para a magistratura brasileira?

As associações de classe são extremamente importantes para a magistratura, pois representam uma forma de união e defesa dos interesses dos magistrados. Essas associações têm como objetivo principal promover a união da classe, além de atuar na defesa dos direitos e prerrogativas dos juízes.

Eu diria que elas podem atuar nas seguintes frentes:

1. Fortalecimento da magistratura: as associações contribuem para a defesa da independência e da autonomia do Poder Judiciário, fortalecendo a magistratura como um todo.
2. Intercâmbio de experiências e informações: as associações proporcionam um espaço para que os magistrados possam trocar informações e experiências, o que contribui para o aprimoramento da atividade jurisdicional.
3. Representação política: as associações de classe podem representar a magistratura junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, buscando melhorias para a classe e para a sociedade como um todo.
4. Defesa dos direitos e prerrogativas dos magistrados: as associações atuam na defesa dos direitos e prerrogativas dos magistrados, como a independência funcional, a vitaliciedade, a inamovibilidade e o recebimento de remuneração adequada.

O juiz tem um papel fundamental na manutenção da democracia, pois é responsável por aplicar as leis e garantir que elas sejam respeitadas, tanto pelos cidadãos quanto pelos poderes públicos. Isso é crucial para garantir que a democracia funcione corretamente.

5. Contribuição para o debate público: as associações de classe podem contribuir para o debate público em questões relacionadas à Justiça e ao Direito, trazendo à tona temas relevantes para a sociedade.

Por essas razões, as associações de classe são fundamentais para a magistratura, contribuindo para o fortalecimento da justiça e para a defesa dos interesses dos magistrados e da sociedade como um todo.

Nos últimos dias ficou evidente a importância de um Judiciário forte na manutenção da democracia. Como o senhor vê o trabalho do juiz neste sentido?

O juiz tem um papel fundamental na manutenção da democracia, pois é responsável por aplicar as leis e garantir que elas sejam respeitadas, tanto pelos cidadãos quanto pelos poderes públicos. Isso é crucial para garantir que a democracia funcione corretamente, pois esta depende de um sistema jurídico justo

e imparcial para funcionar adequadamente.

Ao interpretar a lei e aplicá-la de forma justa, o juiz também desempenha um papel fundamental no equilíbrio dos poderes, pois atua como o contrapeso entre os poderes Executivo e Legislativo. Ele pode vetar decisões que violem a Constituição e as leis, garantindo que o estado de direito seja respeitado.

Portanto, a importância do juiz para a manutenção da democracia não pode ser jamais subestimada. Sem um sistema judiciário justo e independente, a democracia correria o risco de se tornar autoritária e opressiva.

A AMEPA promove, de algum modo, a proteção do magistrado de ataques à sua integridade física e moral, que parece estar cada vez mais em risco?

Sim. Quanto à integridade física, toda vez que um magistrado é ou se sente ameaçado de alguma forma, a AMEPA leva ao conhecimento da Comissão de Segurança de nosso Tribunal, a fim de que sejam tomadas as devidas providências para proteção daquele magistrado e sua família. Hoje temos alguns magistrados com serviço de escolta policial. Todo este procedimento é acompanhado do início ao fim. Também já foram promovidos, em convênio com a Polícia Civil, cursos de tiro e direção defensiva. Já quanto à integridade moral, toda vez que tomamos conhecimento de que um associado sofreu este tipo de ataque no exercício do cargo a situação é analisada e, dependendo do caso, emitimos nota nos meios de comunicação restabelecendo a verdade dos fatos, bem como oferecemos o nosso suporte jurídico para ajuizamento de ações jurídicas pelo magistrado ofendido em desfavor do seu ofensor.

Nestes quase 53 anos de AMEPA, que avanços para a Magistratura o senhor poderia citar?

Nossa querida AMEPA nasceu pequena. Liderados pelo então pretor de Capitão Poço, Otávio Macielino Maciel, um grupo de magistrados fundou, no dia 8 de dezembro de 1970, a Associação de Magistrados do Estado do Pará. Nascia então, no dia que nacionalmente se comemora a Justiça, a entidade representativa dos magistrados estaduais do Pará. A Associação nasceu com o propósito de buscar, junto aos poderes



ERICA MIRANDA / TUPA

Nestes quase 53 anos, a AMEPA vem trabalhando e lutando em defesa das prerrogativas da magistratura paraense, em defesa do Poder Judiciário, para servir e garantir nosso bem mais precioso, que é o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.



Judiciário e Executivo, a dignidade para o exercício da Magistratura, bem como com a finalidade de ativar o espírito de classe entre seus associados, promovendo e intensificando a união dos juízes das duas instâncias, no sentido de cooperação e solidariedade. Também teve como propósito estimular a cultura do direito e o aprimoramento da função judicante.

Não tínhamos sede alguma. As reuniões ocorriam nas dependências da sede do Poder Judiciário, localizado à época no Palácio Antonio Lemos. Hoje temos uma bela sede social e uma sede campestre com dois salões, sendo um deles refrigerado, além de uma boa estrutura para a prática de esportes.

Nestes quase 53 anos, a AMEPA vem trabalhando e lutando em defesa das prerrogativas da magistratura paraense, em defesa do Poder Judiciário, para servir e garantir nosso bem mais precioso, que é o fortalecimento do estado democrático de direito, sabendo que este fortalecimento do estado democrático ao final garantirá o direito a uma sociedade de ter uma Magistratura autônoma, independente e isenta.

E as lutas foram muitas. Ao longo de sua fecunda existência, a AMEPA, ciente de sua responsabilidade social, cerrou fileiras não só junto aos seus associados, mas também junto aos cidadãos brasileiros sequiosos de justiça social e de liberdades civis, de modo a promover as melhores causas da pátria, como a luta pela garantia de eleições honestas e infensas a todo tipo de fraude, o aprofundamento das necessárias transparência e moralidade na administração pública, a luta contra o trabalho escravo, a defesa pelo meio ambiente equilibrado, campanhas contra violência doméstica, enfim, o apoio incondicional a vários movimentos de consolidação e avanço da cidadania e defesa dos direitos humanos.

Com o intuito de fomentar tais discussões a AMEPA em 2009 foi organizadora do V Fórum Mundial de Juízes, evento que teve oportunidade de coordenar, trazendo não só juízes do Brasil como de outros países, deixando claro seu envolvimento em temas que são muito importantes não só para a Magistratura, mas para sociedade e o bem comum.

Finalizando, podemos dizer sim, que ao longo deste anos de existência da AMEPA, com o árduo trabalho desta e de todas as diretorias que nos antecederam,

tivemos, dentro de vitórias e derrotas, erros e acertos, inúmeros avanços para a Magistratura paraense, sejam em melhores condições de trabalho, conquistas financeiras, bem como outras as que dizem respeito à defesa das prerrogativas dos magistrados.

Como foi comandar a entidade em meio à pandemia de covid-19?

Evidentemente que a pandemia de covid-19 nos impediu de realizar muitas coisas. Festas, encontros nas Comarcas, cursos e outros tantos projetos que tínhamos planejado. Nem por isso, entretanto, ficamos de braços cruzados. Aproveitamos a economia de recursos financeiros e investimos em melhorias nas nossas sedes, com destaque para a entrega de todo o mobiliário do salão novo, permitindo seu amplo uso; pintura e reparos em geral da sede campestre; e reforma completa da sede social.

Merecem registro também as conquistas associativas do auxílio saúde para ativos e aposentados no teto da resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), aprovação da lei da licença prêmio, a qual foi recentemente autorizada pelo CNJ, regulamentação da gratificação por acervo, exclusão do desconto de imposto de renda do terço de férias indenizadas, regulamentação da resolução dos magistrados com necessidades especiais, recálculo da PAE (Parcela Autônoma de Equivalência) com seu respectivo pagamento integral e, por último, o reconhecimento da volta do pagamento do ATS (Adicional por Tempo de Serviço), com o seu devido retroativo. Só que tudo isso não foi obra do acaso, sendo fruto de um trabalho memorável de toda briosa diretoria desta gestão, composta por Maxney do Rosario, Carlos Marcio Queiros, Monica Fonseca, Dahil Paraense, Carlos Magno e Homero Lamarão, aos quais agradeço mais uma vez. Aproveito o ensejo para agradecer as duas últimas gestões do Tribunal de Justiça, nas pessoas do desembargador Leonardo Tavares e da desembargadora Celia Pinheiro, os quais foram parceiros institucionais da AMEPA nestas citadas conquistas, desempenhando papel essencial na efetivação das mesmas. Agradeço ainda a colaboração de seus juízes auxiliares: Luana santalices, Geraldo Leite, Maria de Fátima Alves da Silva, Daniel Lobato, Leonardo Duarte e Charles Menezes.

ARTIGO

RELAXAMENTO DA PRISÃO, REVOGAÇÃO DA PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

O ordenamento jurídico prevê, à exceção do Habeas Corpus, três institutos responsáveis pela defesa e proteção do status libertatis do cidadão em relação ao seu direito de ir e vir. São esses o Relaxamento da Prisão, a Revogação da Prisão e a Liberdade Provisória, os quais possuem, cada qual, as suas peculiaridades.

I – Do Relaxamento da Prisão
O primeiro objeto deste artigo é o relaxamento da prisão, o qual consiste em um meio de impugnação de prisão ilegal, com base no art. 5º, LXV, da Constituição Federal de 1988:

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

A **contrario sensu** do entendimento hodierno, o instituto em tela não se aplica unicamente à situação de ilegalidade proveniente da prisão em flagrante, conforme disposto no art. 310, inciso I, do CPP: “Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente relaxar a prisão ilegal”.

Na realidade, qualquer prisão eivada de ilegalidade, e não somente a decorrente de flagrante delito, pode ser contestada por meio do pedido de relaxamento de prisão, inclusive na hipótese de prisão preventiva ou temporária maculada por algum tipo de ilegalidade. No caso concreto, a prisão em flagrante que infringir as formalidades esculpidas nos arts. 301 à 310 do Código de Processo Penal, ou no cenário em que as prisões preventivas ou temporárias ofendam, por exemplo, o corolário do Princípio da Duração Razoável do Processo (art. 5º, LXXVIII da CR/88), estas estarão fadadas ao relaxamento. Nesse sentido: “Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, (...) (STJ - AgRg no HC: 678742 MG 2021/0211855-5, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 05/04/2022, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/04/2022).



**SARAH CASTELO
BRANCO MONTEIRO
RODRIGUES**

Juíza Titular da 2ª Vara
do Tribunal do Júri da
Capital / Belém-PA



II–Da Revogação da Prisão

Conforme elucidado brevemente acima, ressalvadas as situações de ilegalidade, o instituto da revogação da prisão é orientado para o enfrentamento das cautelares segregatórias preventivas ou temporárias que não tenham preenchidos os requisitos autorizadores para as suas decretações. No caso da prisão preventiva, os requisitos autorizadores encontram-se regulados nos arts. 311 à 316 do Código de Processo Penal, à semelhança da prisão temporária, que tem como fundamento os ditames da Lei nº 7960/89.

O entendimento jurisprudencial leciona que, “a prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.” (STJ - HC: 577404 MG 2020/0099703-3, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 04/08/2020, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/08/2020 grifei).

III–Da Liberdade Provisória

Por fim, a liberdade provisória consiste em um direito previsto no art. 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que “ninguém será levado à prisão e nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança”.

A garantia elencada no referido inciso tem aplicação prática na análise da prisão em flagrante, por ocasião da audiência de custódia, prevista no art. 310 do Código de Processo Penal, a qual confere a possibilidade ao magistrado de conceder ao flagrantado o direito de liberdade provisória, quando a prisão, apesar de ter sido realizada em obediência às formalidades processuais legais, não preencher os requisitos exigidos para sua decretação (art. 312 e seguintes do CPP), isto é, quando não houver a necessidade da constrição cautelar preventiva.

A liberdade provisória consiste em um direito previsto no art. 5 , inciso LXVI, da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que “ninguém será levado à prisão e nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança”. A garantia elencada no referido inciso tem aplicação prática na análise da prisão em flagrante, por ocasião da audiência de custódia, prevista no art. 310 do Código de Processo Penal (...).

Nesse sentido: “(...) Consoante a jurisprudência do STF e do STJ, é cabível a concessão de liberdade provisória a acusados de tráfico de drogas. Portanto, para a a decretação da prisão preventiva, inclusive em crimes dessa natureza, é necessária a motivação acerca da presença dos requisitos autorizadores dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal. (...)” (STJ - HC: 617579 SP 2020/0262133-8, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 20/10/2020, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2020 grifei).

Portanto, a título de resumo, inferimos que o instituto do relaxamento é próprio para prisões ilegais, sejam flagrantes ou não; a revogação é direcionada às prisões preventivas ou temporárias que estejam em dissonância com seus requisitos autorizadores; e a liberdade provisória é afeta às prisões em flagrante realizadas sob a égide da legalidade, mas prescindíveis de manutenção.



A juíza Reijjane Ferreira de Oliveira assume a nova diretoria da AMEPA.

NOVA PASTA

ERIKA NUNES / TJPA

AMEPA assume compromisso com a Equidade de Gênero

Criação de Diretoria, em primeiro ato executivo de 2023, representa incentivo à igualdade e à diversidade

A criação da Diretoria de Equidade de Gênero e Diversidade foi o primeiro ato da nova gestão da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA), assinado na cerimônia de posse pelo atual presidente da entidade, Líbio Araújo Moura, eleito para o triênio 2023-2025. O juiz destacou, no evento, a importância da pasta para que a magistratura esteja inserida nas demandas atuais da sociedade, que se refletem, cada vez mais, nos casos que chegam ao Poder Judiciário.

Tendo à frente Reijjane Ferreira de Oliveira, juíza auxiliar da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), a Diretoria de Equidade de Gênero e Diversidade assume a tarefa de acompanhar as políticas globais e regionais de ampliação da participação das mulheres no Poder Judiciário e combater os diversos tipos de discriminação.

“A criação da Diretoria de Equidade de Gênero e da



Diversidade na AMEPA é importante para colocar no âmbito da associação o debate acerca das ações afirmativas para a promoção da igualdade de gênero, étnico e racial que devem ser implementadas no Poder Judiciário, em cumprimento às Resoluções 255/2018 e 400/2021 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). É um marco para a nossa associação porque mostra o compromisso da AMEPA com a igualdade de gênero, a diversidade e o fim de toda forma de discriminação”, afirmou a nova diretora.

A pasta deverá monitorar a efetividade da Política de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, no âmbito do TJPA, propor ao Tribunal ações que promovam a equidade de gênero e a diversidade na corte, colaborar com o Comitê Deliberativo de Incentivo à Participação Feminina do TJPA, além de promover eventos científicos e culturais para aumentar a conscientização da magistratura sobre a atuação judicial sem nenhum tipo de discriminação.

RESOLUÇÕES

Em 2018, o CNJ instituiu a Resolução 255, que criou a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário. Para cumprir esta resolução, tribunais de todo o país precisaram adotar medidas para assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional, propondo medidas para incentivar a participação de mulheres em cargos de chefia, assessoramento, banca de concursos e eventos institucionais. Para isso, a política prevê um grupo de trabalho para estudar

meios de promover a igualdade de gênero, realizar eventos educativos e criar de um repositório para mulheres juristas.

Já em 2021, o CNJ divulgou a Resolução 400, que trata da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário e inclui, entre as competências, fomentar ações que estimulem a promoção da equidade e da diversidade, “de forma a assegurar aos quadros de pessoal e auxiliar, às partes e aos usuários do Poder Judiciário, o pleno respeito à identidade e expressão de gênero, religião, estado civil, idade, origem social, opinião política, ascendência social, etnia e outras condições pessoais”.

COMITÊ

No Pará, o TJPA instituiu em 2019 um comitê deliberativo para incentivar, mobilizar e monitorar ações visando à participação feminina no Judiciário estadual. Com a criação da Diretoria de Equidade de Gênero e Diversidade, a AMEPA amplia a participação da magistratura nas ações educativas e antidiscriminatórias que serão promovidas no Judiciário a partir de 2023.

“Várias associações da magistratura, inclusive a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), já criaram diretorias ou comissões de mulheres, porque a desigualdade de gênero precisa ser enfrentada também na magistratura e é necessário que as associações acompanhem as ações dos Tribunais de Justiça sobre o cumprimento da política de incentivo à participação feminina, à diversidade e ao enfrentamento ao assédio”, afirma Reijjane.

Brasil registra avanço de violência e desigualdade



No primeiro semestre do ano passado **699 mulheres foram vítimas de feminicídio** no país, uma média de quatro mulheres por dia, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



A Região Norte registrou um aumento de **75% de feminicídios** no comparativo entre o primeiro semestre de 2019 e o de 2022, subindo de 40 para 70 casos.



O relatório **Women in Business 2022**, da auditoria Grant Thornton, mostra que apenas 38% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres no ano passado no Brasil. O índice vem melhorando nos últimos anos graças ao esforço de diversas organizações em promover a igualdade e a diversidade, incluindo o Poder Judiciário.

ENGAJAMENTO

Magistradas vão representar a AMEPA na AMB

"A participação de todas torna a magistratura paraense mais forte", destacou o presidente Líbio Moura

Cinco magistradas representarão a magistratura paraense em diretorias e comissões da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

As juízas indicadas pela Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA) são Maria de Fátima Alves da Silva, que é auxiliar da Comarca da Capital e atuará na Diretoria de Política Institucional e Apoio para Magistrados com Deficiência ou filhos e dependentes nessa condição (DPI); Andrea Ferreira Bispo, titular da 1ª Zona Eleitoral (em Belém), na Diretoria de Igualdade Racial; Maria Augusta Freitas da Cunha, representando os aposentados na AMB; e Cláudia Regina Moreira

Favacho, titular da 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci (em Belém), na Diretoria de Mulheres.

E a desembargadora Margui Gaspar Bittencourt, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), representará a AMEPA no Comitê Gestor Regional e Orçamentário, que é responsável por orientar iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, celeridade, eficiência e efetividade dos serviços judiciários.

"A AMEPA agradece às nobres magistradas pela aceitação dos cargos e pelo engajamento na causa associativa. A participação de todas torna a magistratura paraense mais forte", destacou o presidente da AMEPA, juiz Líbio Moura.

FOTOS: ACERVO AMEPA



AMEPA indicou magistradas para atuar em diretorias e comissões da AMB.

**CONFRATERNIZAÇÃO**

FOTOS: ACERVO AMEPA

Noite de reencontros celebra o fim de 2022

Reunião festiva de magistrados e familiares, na Assembleia Paraense, teve sorteio de brindes e muita animação

A festa de fim de ano promovida pela Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA) no dia 25 de novembro do ano passado, na sede campestre da Assembleia Paraense, promoveu reencontros após dois anos de isolamento social impostos pela fase mais crítica da pandemia de covid-19. A conjuntura de retorno às relações sociais presenciais tornou o momento mais que especial.

“Nos anos anteriores não pudemos fazer a festa do jeito que gostaríamos. Mas hoje finalmente chegou o momento de comemorar. Essa festa foi feita com muito carinho para os nossos associados e seus acompanhantes aproveitarem. É o momento em que precisamos nos unir cada vez mais, porque juntos somos fortes”, destacou o então presidente

da AMEPA, Adriano Seduvim, em breve discurso antes do sorteio de brindes.

Nos anos anteriores, em meio à covid-19, o Ano-Novo não passou em branco: foi festejado virtualmente. Para o retorno da festa, em 2022, a celebração foi organizada com capricho. Luzes, decoração elegante, palco com grandes artistas e muita animação receberam magistrados de todos os locais do Pará, acompanhados de familiares e amigos, em um espaço com capacidade para 600 pessoas.

O tradicional sorteio de brindes de Natal foi um dos pontos altos da festa. Acessórios, televisor, adega e viagens estavam entre os prêmios, que foram sorteados inclusive para associados que não puderam comparecer ao evento.

ASSOCIADOS

Para os associados, além da diversão, o valor do evento estava na oportunidade do reencontro. “A festa de hoje foi muito animada, foi realmente uma confraternização de magistrados e seus familiares. Foi muito legal nos reunir com pessoas que são muito importantes para nós e esse é o grande valor da festa. Não viemos aqui para prestigiar um ou outro artista, mas sim para esse conagraçamento da categoria”, disse o juiz Waltencir Alves Gonçalves, titular da Vara Única de Moju.

A juíza titular da Comarca de Baião, Emília Parente, estava com saudade dos encontros com os colegas em um ambiente animado, como era habitual antes da pandemia. “Vim a essa festa porque eu tinha certeza de que seria maravilhosa. Porque há dois anos a gente não tinha, não é? A última, eu me lembro bem, foi em 2019 e a gente estava sentindo falta dessa animação, de encontrar os colegas. E foi tudo o que a gente esperava. Tudo muito bem organizado e a AMEPA está de parabéns”, disse.

Mônica Soares Fonseca, vice-presidente de Relações Sociais da AMEPA, destacou: “A nossa atividade diária nos exige muito, de modo que não costumamos dedicar um tempo para aquela conversa olho no olho com colegas e amigos da magistratura, para perguntarmos se estão bem. Por isso, momentos como esses, de descontração, são tão importantes. Um agradecimento especial também ao presidente e à Diretoria Executiva da AMEPA, aos dedicados funcionários da Associação, que tanto nos auxiliaram na gestão e também na organização da festa, bem como a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso do evento”.

Participaram da festa, ainda, os vice-presidentes de Prerrogativas, Carlos Márcio de Melo Queiroz; de Finanças, Max Ney do Rosário Cabral; de Aposentados e Pensionistas, Dahil Paraense de Souza; e o presidente eleito da AMEPA para o triênio 2023-2025, Líbio Araújo Moura.

**Confraternização da
AMEPA foi marcada por
reencontros e descontração.**



FOTOS: ACERNO/AMEPA



Usinas da Paz

Gerando cidadania e oportunidades

As Usinas da Paz são um dos melhores equipamentos públicos do Brasil e já estão mudando a vida de milhares de pessoas. Garantindo saúde, esporte e lazer. Criando acesso à qualificação profissional, microcrédito, empreendedorismo e inclusão digital. Oferecendo assistência social, segurança e conhecimento.



gamma

A missão da Usina da Paz é ser uma verdadeira usina de cidadania, educação e futuro.

Para isso, direciona suas ações para a prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário, em **sete eixos fundamentais**:



1 Capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura.



2 Emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária.



3 Habitação, regularização fundiária e urbanização.



4 Saúde, esporte/lazer, assistência social.



5 Tecnologia e inclusão digital.



6 Meio ambiente e sustentabilidade.



7 Mediação de conflitos e prevenção à violência.

9
UNIDADES
NO ESTADO

5
EM BELÉM

80
ATIVIDADES
GRATUITAS



[f](#) [@](#) [/governopara](#)

Cabanagem • Bengui • Terra Firme
Jurunas/Condor • Guamá • Ananindeua
Marituba • Parauapebas • Canaã dos Carajás



POR TODO O PARÁ